

# DIALÓGO



12

---

João Martins Pereira

---

PENSAR PORTUGAL  
HOJE

---

PUBLICAÇÕES DOM QUIXOTE





## D I A L O G O

*é uma colecção de certo modo paralela aos CADERNOS DOM QUIXOTE. Nela se pretende apresentar textos controversos, susceptíveis de provocar no leitor não só a necessidade de se debruçar sobre assuntos que dizem respeito a todos nós, num mundo em rápida transformação, como também a necessidade de os discutir.*

## O AUTOR:

*João Martins Pereira nasceu em Lisboa no dia 24 de Novembro de 1932. Aluno do Instituto Superior Técnico, terminou o curso de engenharia em 1956. Participando na vida associativa daquele estabelecimento de ensino foi nomeadamente vice-presidente da respectiva Associação de Estudantes.*

*A sua actividade profissional posterior desenvolveu-se nas indústrias siderúrgica e vidreira e em análise de projectos não só em Portugal mas ainda na Alemanha, Austria e Venezuela.*

*Frequentando em 1963-1964 o Institut de Sciences Sociales du Travail, da Universidade de Paris, recebeu os Certificados de Economia e Sociologia do Trabalho.*

*De 1967 a 1968 fez parte da Redacção da revista Seara Nova, onde posteriormente continuou a colaborar esporadicamente. Pertence desde 1969 à Redacção da revista O Tempo e o Modo. Colabora ainda nos Suplementos Literário e Económico do Diário de Lisboa.*

*De destacar também a sua participação na equipa redactora da obra colectiva «Crítica a alguns aspectos do III Plano de Fomento», editada pela revista Seara Nova em Novembro de 1969.*

**João Martins Pereira**

---

**PENSAR PORTUGAL  
HOJE**

---

**PUBLICAÇÕES DOM QUIXOTE**

F I C H A

© João Martins Pereira e Publicações Dom Quixote, 1971

*Orientação gráfica:* Fernando Felgueiras

As opiniões expressas neste volume não são necessariamente as da Editora

Todos os direitos reservados por

PUBLICAÇÕES DOM QUIXOTE — R. Luciano Cordeiro, 119 - Lisboa

## I N D I C E

Introdução	9
I — A longa descoberta do caminho marítimo para a Europa	17
Um liberalismo que joga na burguesia — e perde	19
Ascensão e queda do país agrícola	25
Do arranque industrial ao «impasse» político	35
Vê se vê terras de Europa	42
II — «Modernização» do aparelho do Estado	47
O Estado e a «industrialização»	49
Os desafios de uma «adequação»	55
III — A «modernização» do aparelho produtivo	67
A estrutura industrial	70
Relações com o exterior	82
Produtividade e competitividade	97
A terminar...	104
IV — A «liberalização» ao nível das relações de trabalho	109
Sindicalismo industrial e sindicalismo profissional — anarco-sindicalismo e socialismo	112
E em Portugal?	121
A fase «liberalizadora»	127
V — A «liberalização» dos meios de difusão ideológica	143
A imprensa, a televisão e as «massas»	147
Duas evoluções distintas	155
«Cultura» e ideologia	161





## INTRODUÇÃO

Os textos que neste volume se reúnem não têm a pretensão de construir qualquer teoria e muito menos de ser lapidares, definitivos, em relação aos pontos que tratam. Não sendo economista, nem sociólogo, nem especialista encartado nas matérias versadas, sinto-me particularmente à vontade para expor umas quantas reflexões sobre o Portugal que *hoje* vivemos e que, a meu ver, tem sido vítima de uma excessiva pobreza e superficialidade da parte dos que dele se têm ocupado numa perspectiva crítica (ou que assim se apresenta). Se a algo aspiro, portanto, será, quando muito, a situar-me entre esse nível de análise claramente insuficiente para compreender a fase que está a atravessar este país e um outro, de autêntico rigor científico, que talvez ainda não seja possível, e para o qual, de qualquer modo, me faltava tempo, meios e por certo também capacidade. Trata-se, então, de textos em que a ideologia está presente

e não pretende esconder-se, se bem que se não tenha recusado o esforço de procurar fundamentar, sempre que possível, as hipóteses formuladas. É, de resto, importante que o ponto de partida comum para os diversos textos (com exclusão do primeiro, que tem um carácter introdutório) não se situe no plano das hipóteses, mas no dos factos, e julgo-o, pela minha parte, indiscutível. O facto é este: o actual processo de liberalização-modernização detectável nos vários sectores focados provém da *exclusiva* iniciativa do poder político e é por ele inteiramente conduzido e controlado. O jogo da «participação» está viciado desde a base na medida em que hoje *se manda* participar, tal como ontem *se mandava* estar calado. A manobra é hábil na medida em que o facto de, em certos aspectos, hoje se poder ir mais além do que ontem pode dar (e dá) a muitos a ilusão de uma «conquista». Recordo, a propósito, o que ouvi uma vez um patrão dizer ao representante dos seus trabalhadores: «Eu sou o vosso melhor amigo; podem estar certos de que vos concederei tudo, e mesmo mais, do que vocês poderiam pedir-me. Apenas com uma condição: que não sejam vocês a pedi-lo.» Estamos, no fim de contas, numa situação semelhante: o Estado está disposto a *outorgar*, de acordo com um pro-

grama por *ele próprio estabelecido*, um certo número de «liberdades», a que *ele próprio* chama participação. Sejam os suficientemente honestos, mesmo que isso implique a nossa parte de responsabilidade, para reconhecer que nada disso resultou de uma autêntica luta, e, nessas condições, se hoje nos julgamos mais agressivos, isso tem mais sabor a derrota do que a vitória. Continuamos, invariavelmente, a ser objectos de um sujeito que nos dita a sua lei. E, mais grave, arriscamo-nos a não dar por que a nossa paz de consciência, ela mesma, nos foi vendida com a conta, peso e medida necessários. Empenhamo-nos, talvez entusiasticamente, numa luta em que nos é imposta a defesa (mesmo quando *nos deixam atacar*), e por isso mesmo), já que foi o adversário quem a desejou, iniciou, lhe definiu as regras e é o árbitro.

Já estou a ouvir a acusação de derrotismo. Esclareça-se, pois. Não preconizo, de algum modo, que se recuse o jogo. Não se trata de dizer: «já que querem que falemos, pois agora ficaremos calados; já que querem que reivindicuemos, pois agora ficaremos passivos». Não, apenas se trata de compreender, com toda a clareza, o mecanismo em que se está envolvido e daí extrair, e aplicar, formas de acção próprias. Retomando

aquela forma esquemática de discurso, será antes o seguinte: «Já que querem que digamos *isto*, pois diremos *aquilo*; já que querem que reivindicemos *isto*, reivindicaremos (ou melhor: imporemos) *outra coisa*». Ou seja, embora a forma tenha a sua importância, é de facto o *conteúdo* da luta que está em causa. Um excelente exemplo para ilustrar este ponto é o das eleições de 1969 e das discussões que então (antes e depois) se travaram em torno da participação no processo eleitoral, nomeadamente em Lisboa.

É certo que uma das listas afirmava no seu programa não constituir o acto eleitoral o verdadeiro objectivo da luta política em que se propunha tomar parte e ir até mais longe ao considerar que a via eleitoral clássica não reúne as virtualidades necessárias para dar uma nova face a uma sociedade cujos problemas requerem mais do que simples reformas parcelares. Desta posição de princípio, contudo, não foi deduzida a correspondente actuação prática, que, pelo contrário, foi predominantemente «eleitoralista». O autêntico clima de vitória que se criou na última semana antes do acto eleitoral deu bem a medida em que se jogou a fundo o jogo imposto pelo adversário. E daí que uma campanha que se apregoava como essencialmente

mobilizadora tenha podido conduzir afinal a dois tipos de atitude qual deles mais desmobilizador: por um lado, o desânimo-surpresa por «afinal não se terem ganho as eleições»; por outro, a ideia de que «o que é preciso agora é preparar melhor as próximas eleições». Parece não se ter avançado um passo no sentido da tal compreensão que acima referi: a verdadeira derrota não foi de nenhum modo a que se traduziu nas percentagens de votos, foi a de se ter «participado» *exactamente* como mais interessava aos promotores (e únicos beneficiários) do processo eleitoral. E que isso era para eles fundamental atesta-o bem o facto de, após uns quantos «excessos» — banais em processos anteriores —, terem multiplicado os «gestos de benevolência»: protecção policial à sede do movimento, devolução de documentos confiscados, audiência do Presidente do Conselho a alguns dirigentes, etc. Com efeito, era indispensável, para que se cumprisse o programa estabelecido, que a «participação» fosse até ao fim dentro das regras pré-definidas. E foi.

Pois agora os jogos são múltiplos, em variados campos, mas o esquema permanece. A classe no Poder é a mesma, apenas acontece que não é homogénea, as relações de força dentro dela modificaram-se, e por isso

os métodos de actuação *dominantes* são distintos dos que caracterizaram o longo período anterior. Parece evidente que, se é ao nível da classe dominante, particularmente em certos sectores governamentais e legislativos, que se manifesta o maior impulso «participativo», não é com certeza tendo em vista que daí resulte o domínio social para outra classe, isto é, que se alterem as estruturas do poder económico-social. Pelo contrário, será porque, dentro do actual contexto das forças sociais, se reconhece ser essa participação o meio mais eficaz para conservar aquele poder para a mesma classe. A passagem do «Estado Novo» ao «Estado Social» mais não será do que a transmissão do predomínio político de um sector agrário-comercial (não só no sentido estrito como sobretudo no sentido «ideológico») para um sector financeiro-industrial. Mais correctamente, não se trata sequer de uma transmissão, pois nestes últimos vinte anos já se foi gradualmente acentuando o poder «de facto» daquele segundo sector: trata-se, sim, de efectuar os reajustamentos superstruturais necessários em face do processo de desenvolvimento das forças produtivas.

Convém acentuar bem que esta formulação simplista pretende apenas anunciar a linha geral de orientação subjacente aos textos que

seguem. Com  
desses tex<sup>t</sup>  
e contr  
Se  
cor  
e



ncês de hoje,  
em ler o  
deixar  
uito,  
os

## CAPITULO I

# A LONGA DESCOBERTA DO CAMINHO MARÍTIMO PARA A EUROPA (1)

«Quaisquer que sejam os conceitos empregados: ausência ou atraso da revolução burguesa, ausência de revolução agrária ou ausência de Reforma e, portanto, de ética protestante que encontrasse a sua sanção na poupança, o processo de acumulação do capital italiano foi extremamente penoso.»

R. PARIS, in *As Origens do Fascismo*

---

(1) Este texto é a reprodução integral do artigo publicado no n.º 73 de *O Tempo e o Modo*. Os aspectos que o A. considera que deveriam ser objecto de alterações serão tratados nos capítulos seguintes com maior desenvolvimento. Deve, pois, ter-se presente que este texto é bastante anterior aos restantes e que é nestes, nos pontos que pareçam não coincidentes, que se situa a posição actual do A.

Torna-se difícil apresentar uma explicação definitiva do processo que conduziu em Portugal ao regime político instaurado em 1926 e, de igual modo, do papel exacto que ele representou na defesa das forças económicas dominantes e na arbitragem das suas contradições ao longo dos últimos quarenta anos. Parece urgente, contudo, tentar um esboço de análise que não se limite, como até aqui tem sido corrente, ao nível superestrutural — isto é, colocando os problemas em termos estritamente jurídico-políticos, e acentuando a importância das «personagens» sem se deter no jogo socioeconómico (ou em factores exógenos) que as faz surgir ou desaparecer conforme as circunstâncias. O regime em questão insere-se, de facto, numa determinada etapa de desenvolvimento do sistema capitalista em Portugal, e é à luz dessa evolução que convém procurar a interpretação da política seguida e dos seus resultados.

Existe abundante material de investigação permitindo aprofundar um estudo desse tipo. Para a elaboração do presente texto, dada a sua natureza, apenas se recorreu a alguns escassos elementos, pelo que ele deve ser entendido como simples formulação de hipóteses de trabalho a partir das quais uma

cuidada análise crítica poderia conduzir, por certo, a conclusões de muito interesse.

### Um liberalismo que joga na burguesia — e perde

A dimensão (económica, demográfica) da sociedade portuguesa, conjugada com a sua situação geográfica, deram origem a um condicionalismo muito particular, que se julga responsável por muito do que pode parecer aberrante, à primeira vista, no processo histórico português, pelo menos desde o início do século XIX. Marginal em relação à Europa «real», mas próximo dela geograficamente, sem força económica (logo, política) para lhe fazer frente, a sociedade portuguesa achou-se na posição de receber, sem possibilidade de *contrôle*, o que dessa Europa lhe fosse chegando. Mercadorias e capitais — mais aquelas do que estes — vieram sobretudo pela mão dos ingleses, segundo um esquema de tipo colonizador, pouco propício ao efectivo enriquecimento do País e ao fomento das suas forças produtivas. Mas simultâneamente chegaram as ideias novas, a ideologia liberal exigida, lá fora, pelo capitalismo, a abordar a sua fase industrial. Entre nós, o movimento de 1820 e o posterior triunfo do liberalismo

difícilmente podem merecer a designação de «revolução burguesa» no sentido pleno da expressão: foram as ideias que se impuseram, ou melhor, as ideias «puras» desligadas da prática social que as gerou; a burguesia ainda não constituía uma força social com verdadeiro potencial revolucionário. A estrutura político-jurídica manteve-se consideravelmente avançada em relação à estrutura socioeconómica ao longo de todo o século XIX. Mas a burguesia, mais agrário-comercial e financeira que industrial, foi engrossando lentamente, com notória aceleração na última década desse século, já então vindo a surgir as principais unidades industriais de certa importância. O ideal republicano, reforçado com as contribuições do radicalismo francês, reuniu num mesmo movimento as novas forças económicas e as massas populares, a quem era apontada a desastrosa incapacidade da instituição monárquica como responsável pela miséria e a emigração. 1910 completou em Portugal o que se poderá designar de «revolução burguesa», embora, como indica Jacinto Baptista (1), se deva notar que «a uma Monarquia *parlamentar* sucedeu, em 1910,

---

(1) J. Baptista — *O Cinco de Outubro* (1965).

uma República *parlamentar*» e que, «quanto a estrutura política essencial, a diferença entre os dois regimes se revela bastante ténue». No entanto, e isso é fundamental, acrescenta o autor que a «mudança significou o acesso aos variados órgãos que asseguram, directa ou indirectamente, o exercício do poder político, das novas clientelas quase inelutavelmente predestinadas para assumi-lo». Essas novas clientelas, assinala o mesmo autor, podem situar-se predominantemente entre «as classes urbanas ligadas à indústria, ao comércio e à finança saídas do surto capitalista e fabril vindo já do século passado, em busca, mesmo sem plena consciência do seu anseio, de uma superestrutura política actualizada que lhes permitisse desenvolver-se; as classes médias e, dentro delas, a pequena burguesia, ainda mais empenhada em afirmar-se politicamente».

Não tem interesse conjecturar se a burguesia no Poder teria podido dominar o processo de liberalização desencadeado caso não tivesse surgido a guerra de 1914-1918. O facto é que os anos de guerra vieram revelar algo de natureza a preocupar seriamente os detentores do poder económico (não só aquela pequena e média burguesia que tivera forças para impor o regime republicano mas tam-

bém os sectores mais conservadores — ainda que reduzidos — da grande finança e indústria em que, juntamente com o semifeudalismo rural, a monarquia se apoiara até ao fim). Com efeito, existem elementos suficientemente seguros para poder admitir-se que entre 1914 e 1919 as classes assalariadas do sector industrial reagiram vigorosamente à alta de preços, a ponto de nos primeiros anos da guerra terem conseguido impor aumentos de salários que ultrapassaram a alta de preços (1). Se é certo que as medidas tomadas pelo sidonismo, em particular os substanciais aumentos nos preços dos produtos agrícolas, fizeram de novo desequilibrar em favor dos preços o crescimento das duas séries de índices, o facto é que em 1919 o poder de compra salarial se tinha praticamente mantido (em termos globais, isto é, sem ter em conta as diferenças regionais e sectoriais, muito ligadas às taxas de sindicalização). A partir do fim da guerra, o receio que invade a burguesia comercial e financeira de que os preços caíam verticalmente conduz a um movimento

---

(1) J. Alarcão — *Revista de Economia*, vol. II, fasc. II e vol. III, fasc. II (1950).

V. Pulido Valente — *O Tempo e o Modo*, n.º 62-63 (1968).

especulativo sem precedentes, que faz elevar o nível de preços à cota 2652 em 1924, tomando por base o índice 100 em 1914 (em 1919 a cota era apenas de 317). Um acordo patronal firmado em Dezembro de 1918 — a Aliança do Comércio e Indústria em Portugal — tinha fins claramente especulativos e terá tido a sua parte de responsabilidade no processo. No entanto, uma vez mais se assiste a uma «elevada sensibilidade» (J. Alarcão) } dos salários industriais, que conseguem manter um poder de compra não excessivamente agravado em relação a 1914.

Não é difícil imaginar o que isto terá representado de lutas sociais <sup>(1)</sup> e de reconhecimento pela burguesia da sua própria impotência para assegurar a continuação de uma acumulação de capital ainda mal começada, e requerendo um clima propício aos negócios para se processar. O liberalismo republicano mostrava-se, aliás, incapaz de resolver as contradições entre os diversos interesses burgueses, de os disciplinar e ganhar a necessária

---

(<sup>1</sup>) O número de greves, se bem que insuficiente, é significativo: entre 1912 e 1925 (inclusive) registam-se 271 greves, das quais 185 entre 1917 e 1925 (in Costa Júnior — *História do Movimento Operário Português*, 1964).



autoridade para promover os compromissos indispensáveis e deles tirar o conseqüente proveito.

A solução autoritária de 1926 vem responder com uma evidente lógica à urgência de «pôr em dia» as estruturas político-jurídicas com o nível, ainda primário, das forças produtivas. Aquelas haviam, com efeito, sido construídas em torno de uma ideologia que exigia, para subsistir, um dinamismo de classe (apoiado em poder económico) ainda inexistente. O país agrícola voltava ao de cima, os grandes interesses agrários (aliados a uma diminuta grande burguesia financeira e industrial) retomavam uma preponderância que a estrutura económica nacional plenamente justificava, mas também a média e pequena burguesia financeira, comercial e industrial viram no novo regime a garantia de poderem prosseguir as suas actividades livres da «agitação social». Ainda segundo J. Alarcão, «no período 1925-1930 entra-se numa situação chamada de restabelecimento do equilíbrio económico e financeiro que se caracteriza por uma estabilização de preços e uma tendência acentuada para a diminuição do salário nominal no sector industrial com conseqüente prejuízo do nível alcançado previamente pelo seu poder de compra».

## Ascensão e queda do país agrícola

Haveria que passar em revista toda a legislação económica e social publicada entre 1926 e 1945 para se apreender globalmente a sua função exacta nesse período. Tal tarefa está para além do âmbito deste texto. Alguns factos são, porém, de salientar, quer internos quer externos.

Por um lado, situam-se nesse período duas fases de grave crise internacional que tiveram, necessariamente, influência em Portugal: a grande depressão de 1929, com efeitos dramáticos nos anos seguintes, e a guerra mundial de 1939-1945. A década de 30 foi, aliás, de enorme agitação política internacional, com o advento do nazismo, a guerra de Espanha, etc., anunciando o conflito que se seguiria. Por outro lado, entre nós, assiste-se à implantação de um ultraconservadorismo agrário que importa, desta vez, as ideias de um «corporativismo», em que se procura reconhecer a legitimidade de uma tradição nacional. A ideologia então construída impregna-se de um culto do «passado» e do «rural» que deixaram profundas marcas e ainda hoje entram a acção dos que já compreenderam o papel dinâmico que deve caber ao capital no sistema que dele tira o seu nome. Parece

importante salientar, antes de mais, a função da solução corporativa em relação ao problema capital-trabalho, ou seja, a eliminação da agitação social, terror primordial da burguesia. Além disso, a integração na ideologia corporativa de um nacionalismo difuso permitiu congraçar duas linhas doutrinárias que desde 1820 se defrontam, isto é, o tradicionalismo miguelista, renovado já no século XX pelo grupo de Sardinha, e a ideologia da burguesia anémica a que o nacionalismo trazia a garantia da eliminação da concorrência interna naqueles campos em que já se sentia com forças para voar sòzinha.

No plano económico, se bem que a primeira lei do condicionamento industrial date de 1931, posteriormente regulamentada em 1937, a legislação principal dirige-se ao «país agrícola». Com efeito, se examinarmos as despesas efectuadas ano a ano no quadro da Lei de Reconstituição Económica de 1935 verificamos que, no período que vai até 1943, as verbas principais estão consignadas às rubricas «Hidráulica agrícola, irrigação e povoamento interior» e «Melhoramentos rurais», se excluirmos as destinadas à «Defesa Nacional», de longe as mais importantes. Aliás, nos anos seguintes a esta lei vê-se, sucessivamente, ela ser complementada por outras: criação da

Estação Agronómica Nacional e da Junta de Colonização Interna, Lei do Fomento Hidroagrícola (1937), Lei do Povoamento Florestal (1938), etc.

Quando o Eng.º Ferreira do Amaral <sup>(1)</sup> situa a «pré-história» da nossa indústria até 1940, afirmando estarem nessa altura criadas as infra-estruturas da nossa industrialização posterior, parece que terá errado alguns anos: com efeito, só a partir de 1942-1943 se intensifica a construção de vias de comunicação, só em 1944 se publica a Lei da Electrificação Nacional, que dá início à construção dos grandes aproveitamentos hidroeléctricos, e em 1945 é publicada a Lei n.º 2005, do Fomento e Reorganização Industrial.

As estatísticas não são tão pródigas que permitam uma comparação correcta dos níveis de desenvolvimento português entre, por exemplo, 1920 e 1940. No entanto é de admitir que a população activa empregada na indústria tenha variado, aproximadamente, entre os 19%-20% e os 21%-22% do total da população activa, o que representa um crescimento industrial por certo muito reduzido.

---

<sup>(1)</sup> Eng.º Ferreira do Amaral — *A Industrialização em Portugal* (1966).

Aliás, mesmo em 1950 ela não excede os 24,1%. Como veremos, só de então data o que se poderá chamar o «arranque industrial».

Não deixa de ser curioso, aliás, apontar o espírito com que foi publicada a primeira legislação sobre condicionamento industrial, em 1931. Para isso basta lembrar que o ministro do Comércio de então era o Dr. Antunes Guimarães, responsável nessa qualidade pelo decreto em questão. Ora, em Janeiro de 1945, numa intervenção na Assembleia Nacional, insurgia-se o mesmo Dr. Antunes Guimarães contra a inclusão de zonas industriais no plano de urbanização do Porto, utilizando a seguinte argumentação: «As concentrações fabris constituem flagrantes anacronismos, condenados tanto na paz — nível familiar de vida baixo, moralidade pouco defendida, campo propício para greves e outras subversões — como na guerra —, alvo fácil para os novos meios de combate e de destruição.» Tal mentalidade não é, parece evidente, a de um impulsionador da industrialização, mas, pelo contrário, do porta-voz de um conservadorismo mais próximo das pequenas unidades familiares e dispersas, que vê na industrialização um mal inevitável, mas que convém controlar. Mesmo assim tem interesse apontar que são anteriores à guerra as primeiras

escaramuças agricultura-indústria, a propósito da industrialização da produção agrícola (nomeadamente os lagares de azeite, o que dá bem a ideia da «fase de industrialização» em que nos encontrávamos...). É claro que neste período ainda se não pode falar em Portugal, em termos políticos, no poder de uma qualquer grande burguesia industrial.

No plano social, convém mencionar a publicação, em 1933, do Estatuto do Trabalho Nacional. O seu artigo 16.º é suficiente para definir a ideologia que o suporta: «O direito de conservação ou amortização do capital das empresas e o seu justo rendimento são condicionados pela natureza das coisas, não podendo prevalecer contra ele os interesses ou os direitos do trabalho.»

Finalmente, torna-se possível eliminar aquela «sensibilidade» dos salários relativamente ao nível de preços que causou o pânico do primeiro pós-guerra. E, com efeito, o período da segunda guerra mundial vai ter toda uma outra aparência. É certo que, não se encontrando o País envolvido no conflito, vai ser possível evitar uma escalada de preços comparável à de 1914-1918. Segundo os dados do I. N. E., e mesmo tendo em conta as suas deficiências, o índice dos preços a retalho no continente terá atingido a cota 195

em 1946, com base 100 em 1938. Quanto a salários, faltam índices quantitativos, mas basta por um lado ter em consideração a falta de um dispositivo de reivindicação, por outro interpretar convenientemente afirmações feitas pelos próprios homens do regime, para concluir sem dificuldade da sua rigidez relativa. Por exemplo, é este um dos problemas em que mais demoradamente se detém o Eng.º Daniel Barbosa no seu livro *Alguns Aspectos da Economia Portuguesa*, de 1949. É a fase em que se começam a levantar as primeiras vozes em favor de uma intensificação da industrialização. Sobre níveis salariais, escreve o Eng.º Daniel Barbosa, entre outras coisas: «De facto, é triste ter de dizer que ao passo que os índices de salários de muitas das nossas indústrias não chegam a valores suficientes para garantir a alimentação precisa de uma família operária...» Sobre o panorama industrial da época diz o seguinte: «Não será com uma indústria dispersa, sem organização técnica e social de interesse, que se enriquecerá a Nação; não será teimando numa produção de qualidade deficiente, esquecendo a base científica em que se apoia a indústria estrangeira concorrente, que se contribuirá para o desenvolvimento da nossa economia; não será queimando capitais e tra-

balho, gastando matérias-primas e energia, para manter em serviço maquinaria velha e inadequada ao fim que se impunha, que um industrial pode invocar direitos de protecção ou regalias nos mercados; não será, finalmente, com uma indústria que vive a sua euforia nos períodos conturbados da guerra, e se mostra impotente para aguentar os primeiros embates do renascer da paz, que poderemos criar o clima industrial preciso para que o País compreenda que é justo imporem-se a todos os sacrifícios, para que a indústria portuguesa se mantenha e seja capaz de progredir.» E o mesmo autor se insurge, sintomaticamente, com a forma como se não soube utilizar o enorme afluxo de reservas de ouro e divisas que em Portugal se acumularam durante a guerra. Diz ele que essa acumulação de reservas «não traduz nem previsão, nem orientação, nem trabalho: representa unicamente uma consequência imprevisível da guerra, a traduzir-se em vantagens graças à posição com que nos conseguimos manter nela», e mais adiante: «estes saldos acumulados, em consequência do muito sangue que se verteu pelo mundo, deram-nos alento para viver uns anos mais. Seríamos hoje, talvez, um país rico se tivéssemos olhado aos trabalhos de fomento com o mesmo



entusiasmo e a mesma fé com que olhamos a tantos outros que se levaram a cabo durante os últimos anos. Assim, somos, por enquanto, unicamente um país empobrecido, a que o mero acaso da sorte deu possibilidades inesperadas de fortuna».

Se é certo que o Estado, ainda manipulado essencialmente por interesses retrógrados, tardava a dar os passos exigidos para o fomento industrial, a acumulação de importantes fortunas durante a guerra, sobretudo ligadas à exportação de matérias-primas e à especulação, bem como o caldear de ideias trazidas por uma circulação intensa de estrangeiros entre nós, e ainda o exemplo do espectacular surto de reconstrução europeia no pós-guerra dinamizado por capitais americanos, tiveram por efeito que a escassa grande burguesia industrial e financeira se sentisse com forças para impor uma política de fomento e de industrialização. Só a partir de 1944-1945 se tomam as principais medidas no campo das infra-estruturas (comunicações, electrificação) e se lança, com a Lei n.º 2005, o que se poderá classificar de política de industrialização. Pode hoje verificar-se que, dos dois grandes objectivos dessa lei — criação de indústrias de base e reorganização industrial «coercitiva» —, a primeira, embora com

ampla desfasagem, está hoje praticamente concluída. A segunda esbarrou com a resistência dos médios e pequenos empresários, que, a coberto das políticas de protecção e de condicionamento, julgaram poder manter-se eternamente ao abrigo da concorrência. Não nos adiantemos, porém. Por agora, apenas interessa apontar que o «país agrícola» perdeu a partida definitivamente com o findar dos anos 40. A Banca e os grandes interesses industriais vão adquirir um poder gradualmente crescente. A burguesia portuguesa vai por fim realizar a sua revolução industrial. As contradições que dentro dela se vão desenvolver serão mais agudas do que nunca, e isso mesmo marcará pela primeira vez um certo dinamismo de classe. O regime saído de 1926 vai ter um último papel a desempenhar, até ao momento em que a sua própria rigidez acabe por o condenar. Esse papel está bem definido nas seguintes palavras de Ulisses Cortês, em Abril de 1950: «Se entre nós existisse espírito de empreendimento, gosto do risco, capital disponível, técnica qualificada, a obra de fomento a realizar teria de competir à iniciativa privada. Ao Estado pertenceria apenas orientar, estimular e criar o necessário enquadramento jurídico e económico. Porém, e desgraçadamente, não existem entre

nós iniciativas criadoras, é escassa a poupança, diminuta ou tímida a propensão para investir. Os capitais particulares preferem à aventura aleatória dos empreendimentos económicos a segurança ociosa dos depósitos bancários ou a cómoda estabilidade dos títulos de dívida pública.

«Edificar, pois, uma obra de fomento sobre a confiança na iniciativa privada assemelha-se muito, no nosso país, a construir sobre a areia frágil e inconsistente das ilusões [...]. Ou o Estado toma sobre si uma parte importante dos empreendimentos a efectuar, e a obra de fomento será uma realidade, ou renuncia a intervir, e a sua execução será diferida para um futuro que provavelmente não virá jamais. Para exacta definição do meu pensamento acrescentarei que devem aproveitar-se todas as iniciativas privadas até onde elas forem possíveis, incentivar-se por todos os meios a acção dos particulares, mas, se os resultados forem insuficientes ou comprometerem o ritmo desejado das realizações, o Estado não pode hesitar em intervir, através de largos investimentos públicos, associados embora aos capitais privados, e retirando-se das empresas constituídas logo que as circunstâncias o tornem possível.»

## Do arranque industrial ao «impasse» político

A melhor descrição da acumulação de capital industrial a partir da segunda guerra mundial no nosso país, e dos conflitos entretanto desencadeados com o sector agrícola, terá sido feita numa entrevista ao *Diário de Lisboa*, em Agosto de 1966, pelo ministro da Economia, Dr. Correia de Oliveira. Depois de declarar que, ao iniciar o seu trabalho naquele Ministério em 1945, «a economia portuguesa era dominada pelo potencial da sua produção agrícola», dizia: «...à moda da época construimos muros aduaneiros para nos livrar da concorrência da produção industrial estrangeira; criámos sistemas de condicionamento ou de reserva de mercado interno com o objectivo teórico de evitar o sobreequipamento e com o resultado prático de impedir a concorrência, que se receou fosse demasiada, entre os próprios produtores nacionais; planeámos, projectámos e erguemos as grandes indústrias de base; consentimos e assegurámos, directa ou indirectamente, uma rendibilidade ao investimento industrial a nível tal que permitiu aos empresários verdadeiramente capazes não só realizar progressos notáveis e criar novas fontes de riqueza industrial como financiar esse progresso e esse

crescimento, em parte muito grande à custa de lucros capitalizados; e aos empresários que pouco ou nada quiseram progredir, essa protecção tem permitido, também, a quase todos, sobreviver até hoje como industriais sem que, entretanto, tenham perdido a possibilidade de viver com certo desafogo e, mesmo, de construir algum prédio de rendimento». E mais adiante: «...assentámos o fomento industrial em salários baixos e, estes, numa alimentação barata e, esta, na fixação e no congelamento, por largos períodos, de preços para os produtos agrícolas que, mantidos ao longo do tempo, desencorajaram o investimento neste sector».

As décadas de 50 e 60 encontram-se inteiramente contidas nestas palavras, em todos os seus aspectos fundamentais. Elas constituem, de certo modo, um balanço de realização do programa acima traçado por U. Cortês. Os Planos de Fomento, se revelam um estado de espírito, não podem ser considerados como instrumentos de política económica e não cremos que o desenvolvimento económico se tivesse processado diferentemente caso eles não tivessem sido elaborados. Eles anunciam, contudo, a procura de uma «linguagem» europeia, de uma «racionalização» prematura, que as estruturas recusam ainda.

Convém acentuar, no que respeita à primeira década deste período, que o governo pôde conservar o *contrôle* dos factores essenciais da política económica. Ainda fiel aos seus esquemas tradicionais de ortodoxia orçamental e pruridos nacionalistas em relação ao capital estrangeiro, confiado nas virtudes do crescimento «lento mas seguro», sem problemas conjunturais, com base em largas reservas de mão-de-obra, não dando ouvidos a teorias que vinham demonstrando o papel impulsionador da procura interna, a rendibilidade dos investimentos educacionais, a função económica dos sistemas de seguro social, etc., o governo foi bem a imagem de uma burguesia pouco esclarecida, que se viu impelida, sem alternativa, para um inevitável processo de integração europeia. Em 1960, no limiar de um período em que alguns factos importantes iriam modificar sèriamente esta situação, podia o Eng.º Ferreira Dias, um dos arautos mais activos do desenvolvimento industrial, dizer, quase desiludido (1): «A falta de um bom nível de cultura, o excesso de individualismo e, talvez, o baixo nível de emprego, que

---

(1) Eng.º Ferreira Dias — «Política Industrial» (conferência na Faculdade de Engenharia do Porto, 26-5-1960).

levou muita gente a lançar-se na aventura de montar uma péssima indústria, porque não há bastantes boas indústrias que ofereçam lugares de regular remuneração — todas estas razões levam a nossa gente a fugir de colaborar numa obra sólida para se lançarem num tipo de manufacturas que a civilização europeia baniu há dois séculos, que a pauta, umbrosa como a nossa, tem mantido em conserva, e que a futura Europa vai cilindrar sem remissão.» Apesar disso, a década de 50 marca sem dúvida uma viragem decisiva do desenvolvimento económico: a indústria ganha definitivamente direito de cidade. As vozes vindas da agricultura demonstram isso com clareza, alarmadas pela compreensão de que uma boa parte dos capitais e da mão-de-obra iriam por ela ser fornecidos ao processo de industrialização. Nada disto, aliás, é específico do caso português, e tal circunstância ter-se-ia verificado necessariamente fosse qual fosse a forma que o capitalismo tivesse tomado em Portugal.

A partir de 1960, algo vai sacudir a «suave calmaria que caracterizou a vida de uma época», de que falava também o Eng.º Ferreira Dias. Os acontecimentos de Angola, posteriormente alastrados a Moçambique e à Guiné; a emigração maciça para França;

a aceleração do processo de integração europeia e, talvez em parte como consequência desta, uma pronunciada integração do capital industrial e financeiro com a constituição de grandes grupos de poder económico — eis alguns dos factores que vieram alterar o panorama económico e político português. As exigências de uma expansão económica rápida vão-se defrontar com prioridades que já não se lhes ajustam. No momento em que se impõe apetrechar o parque industrial e apoiá-lo cada vez mais no plano das infra-estruturas, as disponibilidades financeiras vão escassear e tem de se recorrer a capitais externos. No momento em que se torna imprescindível uma elevação decisiva do nível técnico das empresas, bem como a criação de novas unidades viradas para a exportação, vai faltar a mão-de-obra. Esta falta de mão-de-obra vai ser sentida directamente, ao nível das dificuldades de recrutamento, mas também indirectamente pela sensível elevação de salários que provoca. No momento em que um aumento imprevisto da procura interna (remessas de emigrantes, turismo, consumo público para fins militares) vinha dar uma nova dimensão a um mercado exíguo e trazer à procura aquele impulso que sempre lhe fora recusado em termos de política económica,



não só a capacidade de produção <sup>(1)</sup> se revela incapaz de lhe responder como se aplica uma clássica política anti-inflacionista baseada nas restrições de crédito que conduz a uma prática estagnação do crescimento industrial.

Em resumo, à medida que se aproxima o dia em que a economia portuguesa se verá desamparada diante de uma Europa pouco dada a sentimentalismos (e isso será em 1980, na melhor das hipóteses), o processo de desenvolvimento industrial, em lugar de intensificar as suas taxas de crescimento e proceder a uma «reorganização» de estruturas indispensável, vê-se travado por um tipo de intervencionismo do Estado que já não é aquele que as novas circunstâncias exigiriam. A grande burguesia industrial e financeira compreende que, a longo prazo, a opção europeia é a que mais lhe convém. Mesmo a parte dela que detém fortes interesses nos territórios africanos tem diante de si o exemplo de tantos outros grupos económico-financeiros de países que efectuaram a descolonização, a

---

(<sup>1</sup>) Sobretudo de bens alimentares. Mas também há que acentuar a rigidez da oferta no campo da habitação, entregue quase por inteiro a uma iniciativa privada fortemente especuladora.

mostrar-lhe que nem sempre ela lhes foi de-  
sastrosa. Não é outra, aliás, a atitude do  
capitalismo internacional, que, pouco a pouco,  
se tem vindo a interessar pelo investimento  
naqueles territórios.

A rigidez ideológica, bem como as ortodo-  
xias da política económica e financeira, tor-  
nam-se incómodas e perigosas. Nos últimos  
anos de governo de Salazar já se fazem ouvir  
com insistência as vozes de «renovação». Não  
está esquecido o discurso do Dr. Mello e Cas-  
tro na Assembleia Nacional, em que o inevi-  
tável elogio à obra do chefe do governo vinha  
temperado por uma consciência transparente  
e hábilmente denunciada de que essa obra  
estava terminada e de que os novos tempos  
pediam novos processos e novos homens.  
Também nas assembleias gerais dos grandes  
bancos e empresas industriais se tornou fre-  
quente a linguagem desses novos tempos e a  
inquietação crescente diante de um imobi-  
lismo incompatível com os seus interesses.  
É, aliás, bem compreensível a coincidência  
destas posições, se tivermos presente, por  
um lado, os interesses directos que a banca  
comercial foi gradualmente adquirindo na in-  
dústria, pelas servidões de um mecanismo de  
crédito a curto prazo que, na realidade, tinha  
funções de financiamento que não lhe deve-

riam competir; por outro, a constituição, nos últimos anos, de grandes grupos associando actividades industriais, bancárias, comerciais e de serviços (seguros, transportes, turismo), tendendo já, na sua quase anárquica diversificação, para um volume de negócios de dimensão internacional. Em torno do problema do crédito industrial a médio e longo prazo situou-se, neste período, sintomaticamente, uma das contradições internas à burguesia industrial: enquanto às pequenas e médias empresas, vivendo do receio atávico de ficar nas mãos dos banqueiros, conviria mais a instituição de um esquema de crédito público (ou controlado pelo Estado), os grandes grupos pugnavam pelo direito dos bancos comerciais de realizar operações a médio e longo prazo. Isto lhes permitiria, através desse mecanismo, promover a tal reestruturação que o poder político se mostrava incapaz de efectuar, além de abrir um novo e lucrativo campo às já prósperas actividades bancárias. Não surpreende que tenham estes acabado por triunfar já durante o exercício do actual governo.

**Vê se vêς terras de Europa...**

A resposta em termos institucionais aos interesses dos que hoje controlam o poder

económico — eis o significado real da «renovação» a que assistimos com o governo de Marcello Caetano. A grande burguesia portuguesa, que nunca terá sido liberal, também hoje já o não pode ser. Ela encaminha-se para as formas modernas do neocapitalismo, em que ao Estado cabe uma intervenção que, curiosamente, nos países de tradição liberal tem uma aparência de autoritarismo, enquanto no nosso toma o aspecto de «liberalização»... Há que assinalar, aliás, que desse intervencionismo se espera um decisivo impulso à iniciativa privada, e não, como alguns não deixam de temer, um alargamento do sector público a domínios habitualmente fora do seu campo de acção.

No plano das relações capital-trabalho, o patronato «evoluído» reserva uma função importante a um sindicalismo de participação, que saiba contribuir para os aumentos da produtividade programados em troca de um acesso assegurado aos «benefícios» da sociedade de consumo. Propõe-se-lhe o padrão de vida burguês, apenas reservando à burguesia «autêntica» o poder de facto... Se entre nós os progressos neste sentido virão por certo a ser tímidos, isso dever-se-á sobretudo ao receio de que a total inexperiência de participação colectiva venha a ter consequências

opostas às desejadas. Mas nem por isso deixaremos de notar, já no texto do III Plano de Fomento, um recurso constante a uma linguagem de participação que só surpreenderá os incautos. Não é por acaso que uma nova geração de técnicos e economistas, muitos dos quais com directa responsabilidade na elaboração daquele Plano, ascenderam recentemente a funções governamentais no sector da economia. Em Portugal, embora pareça estranho, começa a surgir uma tecnocracia raciocinando em termos de «desafio americano» (!) Na realidade, trata-se de um novo fenómeno de antecipação superestrutural, por «importação» de uma ideologia em avanço sobre as bases económico-sociais. Os nossos ainda escassos tecnocratas talvez estejam a reproduzir, em 1970, o papel da meia dúzia de burgueses de 1820... Nem por isso deixariam de soar como uma heresia há uns quinze anos, pelo menos em certos passos, palavras como as que hoje ouvimos de bocas autorizadas: «Não é neste clima (de baixos salários) que facilmente pega e viceja a tal técnica de qualidade elevada que temos de para cá transplantar; e lembremo-nos de que não há melhor meio para a formação de capital técnico do que a melhoria dos salários», ou ainda: «O tempo é de acção e de acção eficaz.

Na última dúzia e meia de anos, o período mais dinâmico de evolução deu-se no sexénio 1959-1964, e depois o ritmo abrandou, e mesmo então a taxa anual de acréscimo da produção industrial foi de cerca de 7%. O III Plano de Fomento pede uma expansão anual de produção industrial de 9%. Temos de andar melhor e mais depressa que nesses anos de boa memória se queremos ser coerentes como portugueses e cumprir o que nos comprometemos como industriais; e sendo bons patriotas e bem informados do que se passa no mundo, ainda temos de estugar mais o passo, porque taxas que nos aproximem da Europa além-fronteiras deviam rondar os 15%.» Estas palavras disse-as o novo secretário de Estado da Indústria aos industriais do Porto em Junho de 1969.

Não adianta, pois, continuarmos a pretender convencer-nos de que o Portugal de hoje pouco difere do Portugal de há vinte anos. De facto, como já antes se disse, o regime que governou o País durante quarenta anos cumpriu uma função histórica determinada, correspondente a uma dada fase do sistema capitalista em desenvolvimento, se bem que, pela sua própria natureza, tenha assumido certos aspectos evitados em outros países. Por tal motivo, uma oposição que se baseie

exclusivamente numa crítica formal à política seguida ou às pessoas que a encarnaram passa ao lado do essencial, que é a própria crítica do sistema.

## CAPÍTULO II

### «MODERNIZAÇÃO» DO APARELHO DO ESTADO

Sabido que o Estado é o instrumento político de domínio de uma dada classe social, é natural que reflecta, em certo momento ou ao longo de certo período, a relação de forças que dentro dessa classe se manifeste entre interesses por vezes contraditórios mas que, não sendo antagónicos, importa resolver em termos de compromissos políticos. Este jogo de compromissos, em que nem sempre são os mesmos sectores os prejudicados ou os favorecidos, ajuda a manter, ao nível da ideologia, a aparência do Estado neutro, árbitro do interesse nacional. Tais compromissos, porém, não põem em causa nem o domínio de classe, como um todo, nem o facto de que, embora obrigados a concessões e a compas-



sos de espera, determinados sectores sejam os principais beneficiários da acção do Estado, até por serem eles os que mais fortemente o controlam e lhe impõem as acções políticas fundamentais.

No capítulo I apresentei a hipótese de que, nas últimas décadas, por virtude da crescente importância da indústria e dos factores exógenos surgidos a partir de certa altura, se verificou uma alteração da relação de forças económicas e políticas entre os diversos sectores da burguesia portuguesa. Daí se teria sido conduzido a um desajustamento traduzido pela incapacidade do aparelho do Estado, pouco flexível e eficiente porque assim o exigiam as condições anteriores, em se adaptar a uma fase de abertura e dinamismo indispensáveis para impulsionar um novo «arranque» económico sob a égide dos grandes grupos monopolistas nacionais e estrangeiros.

Já se dispõe neste momento de indícios suficientes para examinar mais detidamente esta hipótese, à luz das medidas e formas de actuação sugeridas ou postas em execução desde a entrada em funções do novo governo, há cerca de dois anos.

## O Estado e a «industrialização»

Talvez não tenha demasiado interesse discutir se o processo da «industrialização» que se veio a verificar a partir da segunda guerra obedeceu ou não a um *modelo*, no sentido de «projecto com uma dada coerência interna». Houve, de qualquer modo, uma estratégia objectiva que é possível caracterizar globalmente, se bem que nem sempre seja fácil descortinar-lhe com rigor os mecanismos de aplicação. O quadro legal que o Estado criou através dos seus instrumentos de intervenção no domínio económico pode aparecer hoje como uma imagem de «arbitrariedade» e até mesmo porventura de «irracionalidade» do ponto de vista do próprio sistema, em particular a partir de um dado momento. Já assim não será, contudo, se admitirmos que, no decurso de um processo em que certas forças económicas vão ganhando preponderância, enquanto outras entram em regressão, verificando-se nomeadamente o crescimento de umas à custa da estagnação das outras, o Estado tem de dispor dos instrumentos necessários para amortecer as tensões criadas e assegurar o desenrolar do processo sem conflitos perigosos. Por outro lado, é impor-

tante não esquecer que os interesses em retrocesso, devido à própria rigidez das estruturas, mantêm ainda durante bastante tempo uma influência política que já não corresponde à sua real força económica, defendendo-se em nome de esquemas ideológicos que nunca foram abertamente postos em causa, se bem que, na prática, se revelem «maleáveis» sempre que necessário.

Se focarmos a nossa atenção sobre o sector industrial, por exemplo, poderemos observar que a teia de requerimentos, pareceres e contrapareceres, autorizações, isenções, licenciamentos, etc., em que primavam pela ausência as regulamentações precisas e os critérios bem definidos, tendia a privilegiar as relações de influência ao nível da pequena política local e da repartição ministerial. Isto, como é óbvio, para a grande massa da pequena e média burguesia industrial, cuja importância numérica e dispersão geográfica se traduziam globalmente por um peso apreciável no plano político. Cada um buscava a sua autorização e todos procuravam impedir a autorização dos *outros*; cada um buscava defender a sua protecção e todos se levantavam contra a protecção *dos outros*. A acção restritiva, a nível gremial, completava o qua-

dro, contribuindo para a consolidação de situações adquiridas (1).

Naturalmente que, no plano da grande burguesia industrial, os mecanismos eram bem distintos. O jogo de influências directo aos mais altos níveis da Administração, o trânsito frequente de homens vindos da governação ou de organismos para-estatais para os conselhos de administração dos grandes grupos, as relações pessoais, os administradores por parte do Estado e delegados do governo, a acção preponderante desses grupos

---

(1) Numa intervenção no Colóquio de Política Industrial, o Eng.º Torres Campos, director-geral dos Serviços Industriais, deu um bom exemplo deste espírito ao descrever uma reunião em que tomou parte na Corporação da Indústria, relativa à elaboração de um regulamento do exercício de determinada actividade industrial, em que os agremiados presentes pretendiam fixar como mínimo para o acesso a essa actividade uma certa capacidade de produção. Interrogados sobre a capacidade das unidades existentes, concluiu-se que nenhuma delas atingia sequer um quarto desse valor. Pretendiam impedir com isso «a entrada» de novos concorrentes. Na realidade, estariam antes a promover o aparecimento de um grande produtor, que acabaria por eliminá-los. O secretário de Estado da Indústria, ao preconizar o «condicionamento tecnológico» não está mais, afinal, do que a pegar-lhes na palavra...

dentro da orgânica corporativa, etc., eram meios mais que suficientes para assegurar os *contrôles* indispensáveis e a interligação de interesses.

A fechar o circuito pode dizer-se que as ligações de dependência cada vez maior das pequenas empresas face à banca comercial, que lhes ia insuflando, através de esquemas de crédito a curto prazo, os meios de sobrevivência, tornavam-nas, gradualmente, e por essa via indirecta, dependentes dos grandes grupos em que se foram integrando, ou que foram constituindo, as mais sólidas unidades bancárias.

O Estado que servia esta situação emaranhada era, assim, o que, atento e pródigo em relação aos interesses dos grandes grupos, mantinha uma almofada amortecedora dos conflitos suscitados entre a pequena e média burguesia, constituída (essa «almofada») pela multiplicidade de funcionários e repartições onde os processos iam perdendo a sua eventual agressividade, enquanto os interessados faziam valer as suas influências por meio de um ou outro oportuno «pré-investimento». Os que atingiam com êxito o fim da caminhada lá iam enfileirar, despreocupadamente, na legião dos que, com o seu mercado caseiro, sem «problemas sociais», puderam

durante tanto tempo ignorar os rudimentos da tecnologia moderna, a noção de produtividade, a concorrência ameaçadora de «gigantes». Para os problemas de tesouraria, aí estava a rapaziada amiga do Banco X. Não havia mais que tentar evitar o aumento da concorrência, se possível, e, fora disso, procurar que «tudo» fosse ficando na mesma. Naturalmente que, pelos processos mais diversos, parte das «mais-valias» geradas na produção eram, entretanto, canalizadas para o exterior da empresa: intermediários, Estado, Previdência, serviços, empresas mais bem dimensionadas ou melhor situadas em relação ao mercado, etc. Assim, as pequenas empresas iam «produzindo» as suas próprias relações de dependência e as condições do seu próprio desaparecimento, no dia em que aos grandes grupos deixasse de interessar (ou fossem obrigados a isso através das suas ligações de dependência internacional, por exemplo) a manutenção da política seguida até então. A compreensão, ou a simples intuição derivada da prática social, deste mecanismo estará, por certo, na base do facto de uma parte importante da pequena burguesia comercial e industrial ter constituído um núcleo de oposição «democrática» ao regime. Mas é importante ter presente mais do que

os simples interesses industriais que, económica mas sobretudo politicamente, estavam longe de ser os únicos a intervir no jogo. O processo capitalista de desenvolvimento industrial em Portugal acelerou o que se tem designado de «crise agrícola», por meio, simultâneamente, dos dois mecanismos mencionados pelo Dr. Correia de Oliveira no texto citado no capítulo I (v. p. 35). Com efeito, a limitação dos preços dos produtos agrícolas, exigida por uma política global de baixos salários na indústria, conduzia não só a uma deficiente rendibilidade da actividade agrícola, mas, obrigando-a a manter os seus próprios salários a níveis de miséria, acabou por «empurrar» a mão-de-obra agrícola para o estrangeiro, acentuando ainda mais as dificuldades dos empresários do campo (1). Os interesses agrários conservavam, porém, tradicionalmente, uma forte influência política, e a eles se vieram associar, na última década, sectores não produtivos até então pouco dados à intervenção política directa, mas a

---

(1) Para melhor elucidação deste processo complexo de blocagem do sector agrícola dentro da lógica do modo de produção capitalista, ver «A crise e as crises», de A. de Abreu, em *O Tempo e o Modo*, Julho-Agosto de 1970.

quem circunstâncias novas vieram conferir um papel de crescente preponderância. Nos últimos anos do governo Salazar começou-se a tornar manifestamente difícil ao aparelho do Estado conseguir manter o equilíbrio entre todos estes interesses. Só a aparência de uma rigorosa solidez ideológica pôde assegurar um *statu quo* que já não correspondia à composição da classe dominante, bem como à sua cada vez mais evidente dependência das forças capitalistas internacionais.

### Os desafios de uma «adequação»

Seria muito incorrecto admitir que em Portugal se processou até ao presente um desenvolvimento «autárcico» (na terminologia do Eng.º Rogério Martins, no seu discurso de abertura do Colóquio de Política Industrial) e que, sufocados pelas forças poderosas do capitalismo internacional, têm agora os nossos industriais de se entregar nas suas mãos e aceitar a política que mais lhes convenha. As relações de dependência da burguesia portuguesa (e não só dela como da aristocracia que com ela veio compartilhando o Poder ao longo do século XIX) em relação ao imperialismo britânico são bem conhecidas, sobretudo a partir de princípios do século passado.



A implantação de interesses ingleses entre nós foi-se acentuando e estendeu-se muito para além do território europeu. No auge da era vitoriana, o então chamado «Império Português» era, economicamente, uma autêntica parcela do muito mais vasto império britânico, daí resultando naturalmente uma dependência política que, em certos momentos, veio a público através de episódios que não deixavam margem a dúvidas.

A feição ideológica do regime político português saído de 1926 aproximou-o mais de outros países europeus, igualmente capitalistas, o que não o impediu — como aqueles — de se proclamar nacionalista e anticapitalista. Os interesses britânicos permaneceram quase integralmente, mas pode dizer-se que não houve uma intensificação. Isto reflectia, aliás, a própria perda de posição do capitalismo britânico dentro do sistema internacional. O período imediatamente após a segunda guerra impôs às «democracias ocidentais» tarefas urgentes de reconstrução, ajustamento de forças e descolonização política, que permitiram, aparentemente, que a fase inicial da «industrialização» portuguesa se processasse «à margem» dos seus interesses directos. Na realidade, a forma que tomou essa «industrialização» era a única que es-

tava ao alcance da burguesia portuguesa precisamente *devido* à situação de Portugal relativamente ao capitalismo internacional: uma forma «proteccionista», de substituição de importações, ideològicamente apresentada como «nacionalista». E os limites dessa «industrialização», verificamo-lo hoje, eram aqueles que conduziriam, sem alternativa, a economia portuguesa à fase de «abertura» actual, em que a integração no sistema mundial se precipita.

O fenómeno da emigração é, aliás, exemplar no que respeita à avaliação do «real» grau de dependência da economia portuguesa, ainda na sua fase «autárcica». Com efeito, ao atingir determinado estágio de desenvolvimento, as economias europeias mais avançadas procuraram evitar as tensões do pleno emprego. Entretanto, a «transparência» do mercado internacional de força de trabalho aumentou fortemente, entre outras coisas devido à rápida expansão dos modernos meios de comunicação (em particular: a televisão), possível também pelo alto progresso tecnológico atingido por aqueles mesmos países. Estes dois factores, nenhum deles controlável pelas classes dirigentes nacionais, representavam condições básicas para a mobilização em massa dos trabalhadores dos países

da orla mediterrânica menos desenvolvida. A emigração como uma das mais importantes manifestações anunciadoras da futura integração no capitalismo internacional — parece-me um ponto a reter, até hoje pouco explícito.

Na década de 60, em que começa a verificar-se uma movimentação contrastante com o período imediatamente anterior (aumento sensível do comércio externo com a Europa, entrada de capital estrangeiro sob várias formas, mobilidade interna e externa da mão-de-obra, aumentos salariais dificilmente controláveis, forte crescimento do consumo público, etc.), vai-se revelando a inadequação da máquina do Estado para enfrentar as novas tarefas que se anunciam, e algumas das quais se apresentam com urgência, sem pedir licença. Ao Estado faltam meios, falta gente, falta técnica, falta eficiência, falta organização, falta maleabilidade para efectuar os necessários reajustamentos de interesses em torno de problemas como: reestruturação do parque industrial, remodelação dos mecanismos de crédito, fomento da exportação, aceleração da formação profissional, *contrôle* (?) do capital estrangeiro, planificação do desenvolvimento, medidas de acção conjuntural, reforma do ensino, fortalecimento do

mercado interno, etc. E convém ter presentes, por essenciais, as implicações de todos estes problemas com os outros, estreitamente ligados, resultantes da situação nos territórios africanos. Em resumo, o Estado não estava em condições não só de conceber como, muito menos, de pôr em prática a tal «estratégia de adequação» de que fala no seu discurso da Junqueira o Eng.º Rogério Martins, após afirmar cruamente que «o futuro não está nas nossas mãos» (1) e que não tem sentido pensar que «um país da nossa dimensão se pode subtrair às consequências das forças que estão a forjar o futuro» (e que ultrapassam por completo, como frisou, o âmbito nacional). Por isso também o mesmo discurso se refere ao «desafio exemplar [...], à capacidade de reformarmos a Administração Pública para também ela se adaptar às novas exigências de dinamismo e abertura ao vasto mundo que a hora impõe».

---

(1) Ilusão em que caíra o próprio subsecretário de Estado do Planeamento Económico, ao afirmar, em colóquio anterior, que «planear surge como um conjunto de instrumentos para evitar o abandono à corrente dos acontecimentos imprevistos e das decisões descoordenadas, para *tomar em mãos a concepção e construção do futuro*» (o sublinhado é meu).

Essa estratégia é muito simplesmente a que aponta para a criação de um capitalismo de grandes grupos (1) sólidamente ligado ao capitalismo monopolista internacional e apoiado numa rede de médias e pequenas empresas tecnologicamente evoluídas. A multiplicidade dos canais de influência ao nível da política local ou da repartição ministerial terá de ser eliminada, em benefício de critérios «técnicos», «precisos», «neutros», que constituirão, *de facto*, os caminhos da concentração económica e, simultaneamente, do *contrôle* do poder político por parte daqueles grupos que sobreviverão e se fortalecerão.

Aquela modernização de processos administrativos vem articular-se facilmente com os próprios interesses do capital estrangeiro,

---

(1) Já no discurso que proferiu na ocasião da assinatura da escritura da nova sociedade resultante da fusão das empresas da rede eléctrica primária dissera o Eng.º Rogério Martins, referindo-se ao novo grande grupo: «Saudemo-lo, porque bem se sabe hoje, qualquer que seja a escola de pensamento que se perfilhe, como é indispensável à aceleração do desenvolvimento e ao alcance de altos níveis de progresso a existência de grandes grupos económicos na vida de uma nação.» E mais adiante: «...surgiu um grande grupo e isso, dizíamos, é bom porque os grandes grupos são precisos».

como é prova o seguinte passo do relatório relativo a 1969 da Câmara do Comércio e Indústria Luso-Alemã (documento cuja leitura integral se recomenda fortemente): «Quanto menos normas, regulamentos, condições e pressupostos houver, quanto menos existir uma legislação fechada e um condicionamento legislativo e administrativo, tantas vezes incompreensível ao investidor estrangeiro e que prejudica a livre decisão empresarial, tanto mais responsabilidade económica verdadeira é atribuída ao empresário disposto a investir, tanto mais forte será a contribuição do capital estrangeiro para o desenvolvimento das reservas existentes no País.»

Convém ter bem presente, contudo, o que tudo isto significa como «guinada ideológica». A simples «modernização» dos homens, dos métodos ou da produção ideológica do aparelho do Estado encontrará (já está a encontrar) uma resistência considerável da parte de numerosos sectores, como sejam, entre outros, os sectores da pequena e média indústria, os grupos (de maior ou menor dimensão) implantados extra-Europa, a «burguesia» fundiária incapaz de se adaptar a novos conceitos de produção e gestão e de aceitar indispensáveis alterações da estrutura agrá-

ria, sectores não económicos (melhor: não produtivos) directamente interessados na política africana, etc. Mesmo os sectores mais «evoluídos» da grande burguesia industrial temem, atàvicamente, uma tal guinada, pois estão bem conscientes de que, fora da classe dominante, existem forças sociais que, por si só, podem pôr em causa os esquemas traçados e dar origem a inflexões irreversíveis. A forma como, em certas empresas destes grupos, têm vindo a ser «tratados» alguns problemas de conflito aberto com o pessoal indica-nos todo o limite das suas concepções «progressivas».

Nem por isso o processo de integração acelerada no sistema mundial de relações capitalistas deixará de seguir o seu curso, apenas sendo impossível prever em que medida as forças que *julgam* opor-se-lhe terão possibilidade de actuar sobre a evolução inevitável. Aqui poderá mesmo verificar-se uma nova contradição: o compasso de espera que possam eventualmente vir a impor só terá como consequência que a «entrega» ao capitalismo estrangeiro se venha a efectuar em condições mais desfavoráveis para esses mesmos grupos.

Seja como for, o certo é que no decurso dos últimos dois anos se desencadeou o referido

processo de «modernização» da estrutura e formas de actuação da máquina do Estado, ainda que, em muitos casos, se não tenha ido além da «linguagem». Com efeito, se para os técnicos certas medidas são urgentes e imediatamente possíveis, para os «políticos» (em nome dos interesses concretos que importa manter em equilíbrio) prevalece o realismo e a prudência, impondo àqueles um «tratamento» de alternadas esperanças e frustrações, condição mesma da função que lhes foi atribuída. Certas decisões que aqueles terão imaginado possíveis a curto prazo continuam a ver-se paralisadas na teia burocrática antiga, e acabam por ficar suspensas sem que ninguém (?) saiba porquê. Aliás, talvez os «técnicos» também acabem por compreender porquê...

Vejamos, contudo, alguns dos indícios que nos levam a falar no tal processo de «modernização»:

Rejuvenescimento da equipa governamental e dos altos quadros da Administração, em particular nos sectores mais directamente ligados aos assuntos económicos e sociais. Mais ainda, muitos destes quadros — sobretudo engenheiros e economistas — foram recrutados no sector



privado, o que não era corrente até aqui, verificando-se, em geral, o percurso inverso. Este mecanismo de recrutamento é comum nas economias mais evoluídas.

Promoção de (ou apoio entusiástico a) debates amplamente difundidos, revestindo a forma de colóquios de especialistas e interessados, relativos a aspectos básicos de carácter económico-social, *precedendo* a definição de «políticas» apontadas como urgentes, ou com fins de simples «mentalização» (do domínio da mencionada guinada ideológica). Estão no primeiro caso os colóquios de habitação, dos transportes, da política industrial; no segundo, o colóquio sobre planeamento e, em certa medida também, o relativo à bacia do Tejo.

Criação de gabinetes técnicos de planeamento junto dos Ministérios, destinados a tomar parte activa na elaboração das políticas e nas tarefas de planeamento, em ligação com o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho.

Realização de estudos de reorganização interna dos serviços, como o que foi efectuado para a Secretaria de Estado da Indústria, por exemplo.

Certas acções ou medidas reveladoras,

pelo menos, de uma intenção aparente de *agir rapidamente*, destinadas nuns casos apenas a criar um novo «clima», noutros a acorrer a problemas que se arrastavam há muito. Exemplos: a «deslocação» de vários altos funcionários, sobretudo do Ministério da Economia, com o nome muito ligado às políticas e formas de actuação anteriores; a fusão «relâmpago» das empresas eléctricas da rede primária; a legislação relativa ao crédito a médio e longo prazo, ao crédito e seguro de crédito à exportação, etc. (estas, aliás, «bloqueadas» por diversas razões: inadequação dos esquemas de financiamento previstos, falta de regulamentação, etc.).

Se a isto juntarmos outros elementos conducentes à criação de uma «imagem» política bem diferenciada da que correspondia ao aparelho governativo anterior — a «liberalização» em diversos sectores (alguns dos quais nos ocuparão nos capítulos seguintes), as «conversas em família», a «promoção» pública dos deputados «liberais», etc. — verificamos, pois, a tendência para valorizar, no quadro da ideologia dominante, aqueles aspectos que, até agora ignorados ou desprezados, se tornam essenciais ao esboçar a evolução

que se reconhece (ou pressente) irremediável. Aí temos então: a participação, a discussão «construtiva», a eficácia, a iniciativa, a organização, o planeamento, o binário formação-educação, as virtudes do mercado (aberto e competitivo), etc.

Que a uma ideologia eivada ainda de nostalgias ruralistas, nacionalista e anticapitalista (nas formulações verbais) suceda uma ideologia de progresso com sugestões «neocapitalistas» — nada disso afecta a lógica de um sistema que permanece, nem faz mudar os seus principais beneficiários (dêem-se eles ou não conta disso neste momento).

### CAPÍTULO III

## A «MODERNIZAÇÃO» DO APARELHO PRODUTIVO (1)

Se é certo que, de um ponto de vista teórico, o factor económico, não sendo o *único*, é o que, em última *análise*, faz inflectir em determinado sentido o processo histórico de desenvolvimento das sociedades, Portugal, no momento actual, constitui mais um bom exemplo a confirmar a teoria. É bem patente que factores especificamente políticos, de «inércia» ideológica, ou de outra ordem, têm um papel

---

(1) Este texto reproduz quase integralmente, nas duas primeiras partes, o artigo «Querer e não querer— os dilemas da nova política industrial», de J. Martins Pereira e Fernando Rosas, publicado no n.º 78 de *O Tempo e o Modo*. Na sua presente versão, com as alterações e aditamentos introduzidos, é da exclusiva responsabilidade do A.

importante a desempenhar na evolução que se começa a desenhar. Mas é sem sombra de dúvida ao nível do económico que se jogarão as cartas essenciais que darão à sociedade portuguesa a sua fisionomia dos próximos vinte anos. No seu discurso ao Colóquio Industrial, o secretário de Estado da Indústria expô-lo com toda a clareza, ao definir a estratégia que se propõe adoptar para reestruturação do aparelho produtivo nacional, ou seja a «nova política industrial».

Embora fruto das necessidades objectivas da grande burguesia industrial à medida que se acentua a integração do capitalismo português no sistema mundial de trocas, essa estratégia representa, de facto, um processo sinuoso, contraditório e de muito difícil concretização na forma «de choque» por que foi esboçada, tendo em conta a actual estrutura da economia nacional, bem como o contexto em que se insere.

Interessa, pois, testar a «nova linha de rumo» do Eng.º Rogério Martins face à própria realidade donde decorre e sobre a qual visa actuar.

Em traços gerais, que adiante aprofundaremos, essa realidade pode ser caracterizada do seguinte modo:

Uma estrutura industrial distorcida (ainda centrada essencialmente sobre a indústria ligeira), com muito baixa produtividade e baixo nível de salários, virada sobretudo para o mercado interno, mas em que é manifesta a crescente dependência técnico-financeira em relação ao capital estrangeiro — no sentido mais amplo, isto é, incluindo o incremento de trocas com o exterior, em particular nos últimos anos.

Uma pulverização empresarial, mas em que é nítido um processo de concentração, quer de capitais quer regional, a par de uma agricultura ainda ao sabor dos «elementos naturais», que alimentou o crescimento industrial em capital e força de trabalho, tendo, por esse mesmo crescimento, ficado «bloqueada».

Vamos procurar deduzir os elementos catalisadores e as resistências que encontrará (e que já começaram timidamente a evidenciar-se) a «nova política industrial» a partir da análise de três aspectos fundamentais: estrutura industrial, relações com o exterior, produtividade-competitividade. É óbvia a interligação destes campos de análise, mas parece-nos, apesar disso, levantarem problemas suficientemente diferentes para nos permitir

atingir o objectivo proposto. Para cada um dos pontos em estudo faremos preceder a análise de uma caracterização sumária por meio de indicadores, o que julgamos indispensável para bem enquadrar as questões essenciais.

### **A estrutura industrial**

Começando pela *estrutura da produção*, e conhecido o papel dinamizador que representam numa economia as chamadas indústrias pesadas, a «distorção» mais evidente situa-se na desproporção entre indústrias ligeiras e pesadas <sup>(1)</sup>: em 1967, estas contribuíram com pouco mais de 40 % para o produto industrial.

Em termos de investimento, apesar da elevada intensidade capitalista do sector, a indústria pesada apenas absorveu cerca de metade do investimento industrial em 1967. Quanto a perspectivas de um processo correctivo: referindo-se ao sector-chave das indústrias metalúrgicas de base e metalomecânicas,

---

<sup>(1)</sup> Pesadas: celulose e papel, química e petróleo, produtos minerais não metálicos, metalúrgicas e metalomecânicas (que incluem equipamento eléctrico e de transporte). Ligeiras: as restantes transformadoras.

essenciais num processo de desenvolvimento, pronunciava-se a própria Corporação da Indústria em 1968 dizendo: «Não só não apresentam padrões de investimento suficientemente dinâmico como até esperam que a situação venha a agravar-se nos próximos anos.» (1) Segundo o Eng.º Cravinho (2), a estrutura industrial portuguesa em 1967, sob este aspecto e com base em indicadores internacionais, «caracterizaria uma economia com produção industrial idêntica à portuguesa em

---

(1) «Evolução dos Investimentos na Indústria», Corporação da Indústria, 1958. Aliás, parece que os industriais do sector continuam a não acreditar seriamente no dinamismo que se pretende imprimir à economia. Com efeito, numa mesa-redonda sectorial realizada por ocasião da F. I. L., em Junho de 1970, «as perspectivas foram consideradas pouco animadoras, especialmente para o sector de bens de equipamento, por não se preverem investimentos vultosos em Portugal para o corrente ano, embora se pense que algumas iniciativas importantes se venham a concretizar nos próximos anos» (*Indústria Portuguesa*, revista da A. I. P. n.º 509, Julho de 1970).

(2) «A estrutura industrial portuguesa à luz das comparações internacionais», I Semana da Metalomecânica, 1966.



1962 ou 1963» (isto já tendo em conta, portanto, os países em fase similar de desenvolvimento) (1). A completar, é importante notar que «a maioria das unidades englobadas na indústria pesada nacional devem essa classificação exclusivamente à nomenclatura estatística, já que pela tecnologia que empregam e produtividade que alcançam nada têm de característico da indústria pesada» (2). Uma parte considerável dos produtos do sector metalomecânico, por exemplo, consiste em bens ligeiros de consumo, enquanto a própria indústria química está muito longe das produções de avançada tecnologia que dão a esse sector a classificação «de ponta» nos países avançados.

Como consequência destas carências estruturais, em particular no que toca às indústrias de bens de equipamento, acentua-se a dependência em relação à oferta estrangeira, mais competitiva em preços, qualidade e va-

---

(1) Com efeito, nos países mais industrializados, as indústrias pesadas contribuem com mais de 60 % para o produto industrial.

(2) Eng.º Cravinho — *Op. cit.*

riedade, e acompanhada de «aliciantes» condições de financiamento (1). A indústria de bens de equipamento portuguesa tende a funcionar como pequena empresa subsidiária dos grandes grupos internacionais (2). Referindo-se essencialmente aos domínios da concepção e do projecto, podia afirmar o autor de uma comunicação ao Colóquio de Política Industrial que, a manter-se a situação actual, «numa Europa economicamente unificada, a nossa indústria (de bens de equipamento) não terá razão de existir, a não ser para apoio local a trabalhos que a outros competirão» (3).

---

(1) Sobre este ponto, dizia o Dr. Correla de Oliveira no seu último discurso (muito virado para o mercado interno e para o «espaço português») na assembleia geral do Banco FONSECAS & BURNAY: «Quanto às formas de pagamento — nova forma de concorrência e de discriminação pelas economias ricas a favor das produções próprias — é preciso que elas não nos deslumbrem ao ponto de deixarmos que se traduzam em processo de criarmos dívidas que, nos prazos de liquidação, só muitas vezes poderemos saldar com grande dano dos patrimónios privados, que parte são do nacional.»

(2) Importante, a este respeito, a leitura do discurso proferido na última assembleia geral da Sorefame.

(3) Comunicação n.º 2.2, Eng.º Galhardo Coelho.

Quanto à *estrutura dimensional*, basta indicar alguns números suficientemente significativos, tomados directamente ou calculados a partir do relatório apresentado ao Colóquio de Política Industrial sobre «Pequenas e médias empresas». Indica-se aí que, em 1964, 98,2 % das empresas eram «pequenas», 1,2 % «médias» e 0,6 % «grandes» (1), o que dá uma noção clara de «pulverização» numérica. No entanto, em termos de pessoal e de contributo para a produção industrial líquida, as 98,2 % P. E. representavam 53 % dos assalariados e 42,8 % do produto, enquanto as 1,8 % M. G. E. tinham 47 % dos assalariados e contribuía com 57,2 % do produto. Verifica-se, aliás, que a evolução, embora lenta, tem sido bem marcada: entre os inquéritos industriais de 1957-1959 e de 1964, o número de pequenas empresas reduziu-se da ordem das 10 000 unidades, enquanto as médias aumentaram cerca de 350 unidades e as grandes se reduziram de 100 (o que não as impediu de aumentar a sua par-

---

(1) Pequenas (P. E.) — até 100 assalariados; médias (M. E.) — 100 a 300 assalariados; grandes (G. E.) — mais de 300 assalariados.

Notar que os números indicados se referem a estabelecimentos industriais. Uma empresa, no sentido corrente, pode compreender vários estabelecimentos.

tipificação no produto). É patente, pois, um processo que tende a concentrar uma parte cada vez maior da produção num número cada vez menor de grandes empresas, enquanto se vai progressivamente alargando o sector das médias empresas.

Quanto a concentração do capital, pode referir-se que já em 1961, num total de 20 000 sociedades anónimas (não só industriais), as 200 maiores, com capital superior a 100 000 contos, detinham 75 % do capital social do conjunto total.

Finalmente, no que respeita às *distorções regionais*, basta referir que, de acordo com as estimativas incluídas no III Plano de Fomento, em 1965 os distritos de Braga, Porto, Aveiro, Lisboa e Setúbal terão contribuído com 78,2 % do produto interno industrial. A esses mesmos distritos, juntos com os de Santarém, Leiria e Coimbra, correspondiam, também em 1965, 77,5 % das novas unidades industriais, 90,4 % dos novos fabricos e 99,4 % das ampliações (1). E, ainda na mesma linha, verifica-se que, em 1967, 75 % dos investimentos industriais se concentraram naqueles

---

(1) «Portugal, país macrocéfalo», Silva Costa, p. 27 e segs.

cinco primeiros distritos, com tendência para o agravamento nos próximos anos (1).

A política industrial proposta pelo secretário de Estado da Indústria pretende responder, no seu enunciado, a estes problemas de estrutura por meio de um «saneamento» assente numa nova forma de «condicionamento», inspirada na experiência espanhola, que, a ser levada à prática com um mínimo de coerência, conduziria a breve prazo a uma autêntica hecatombe de pequenas e médias empresas, bem como (nem que fosse só por esse facto) a uma acentuada reconversão da produção. A aparente contradição planificação-liberalização, por vezes a florada no decorrer dos debates do Colóquio de Política Industrial, é, efectivamente, uma «falsa» contradição: é certo que se liberalizaria um mais vasto sector de actividades(2) — e nesse sentido a política seria *mais* liberal que a anterior —,

---

(1) «Evolução dos investimentos na indústria». Corporação da Indústria, já citado.

(2) «O regime vigente sujeita a *autorização prévia* a instalação de unidades em sectores que correspondem a cerca de 54 % do pessoal e 65 % do valor da produção (dada a base estatística, estes valores estão subavaliados, podendo elevar-se o último até cerca de 72 %). O regime proposto diminuirá, no grupo A (autorização prévia), essas percentagens,

mas com essa liberalização pretende-se, na realidade, que através da mais viva concorrência, interna e externa, ou da obrigatoriedade de mínimos tecnológicos (<sup>1</sup>), só venha a sobreviver um certo número de unidades «economicamente viáveis» que terão o seu lugar entre as designadas como «actividades preferenciais». Ora, esta «clarificação» do panorama industrial é condição básica para um planeamento capitalista quer a nível nacional quer dentro de uma «divisão internacional de trabalho» que integrará esse planeamento no quadro definido pelos tais grandes centros exteriores que estão a «forjar o futuro».

Sem entrar em mais pormenores da «nova política» neste campo, e se atendermos ainda aos seguintes dois pontos:

---

para cerca de 6 % e 17 %, respectivamente. Ficarão obrigadas a *satisfação de mínimos* (grupo B) as actividades que empregam 42 % dos trabalhadores da indústria e que contribuem para o valor da produção total com 26 %.» Discurso citado do Eng.º Rogério Martins.

(<sup>1</sup>) Nos sectores condicionados tecnologicamente, qual será a posição das actuais unidades subdimensionadas? Está-se agora na situação inversa da mencionada pelo Eng.º Torres Campos, citada no capítulo II, p. 51.

- que, pese embora a sua relativa «fraqueza» global, é no sector das indústrias pesadas que se situam, salvo algumas excepções, as maiores unidades industriais (celulose, químicas, metalúrgicas de base, metalomecânicas, petróleos);
- que a política definida assenta essencialmente na «rendibilidade», com prioridade sobre critérios de regionalização, apenas marginais;

já poderemos tirar algumas conclusões com interesse.

Assim, não será surpreendente que a «nova política» encontre uma desesperada oposição por parte dos pequenos e «minúsculos» empresários industriais, condenados sem apelo na sua esmagadora maioria, pois raros são aqueles a quem se põe sequer o problema da «reconversão» que não implique simultaneamente um substancial aumento de dimensão. Ora, isto exige não só capital mas imaginação, iniciativa, conhecimentos de mercado e de gestão, que estão ausentes da generalidade desses empresários. Têm diante de si o espectro da «proletarização», no sentido em que só lhes resta empregar-se por conta de outros. Sabido que ainda terão hoje ao serviço cerca de 50 % dos assalariados na indústria, é fácil

imaginar a pressão política que procurarão exercer, com base, entre outras coisas, nos sérios problemas sociais que resultariam de uma acção «precipitada».

Uma reacção idêntica virá por certo igualmente a manifestar-se entre as médias empresas, cujo grau de competitividade num mercado aberto se afigura, em geral, muito desfavorável. A elas se dirigem principalmente as «palavras de ordem» de reconversão e revitalização enunciadas pelo Eng.º Rogério Martins. À maioria delas, de facto, o caminho que se aponta é o da concentração, ou da absorção por grandes grupos industriais ou financeiros, e isto mesmo naqueles casos em que as suas actividades pertençam aos sectores ditos «preferenciais» (1). Tam-

---

(1) Recordamos que assim foram designadas no discurso do secretário de Estado da Indústria: As indústrias baseadas «em riquezas excepcionais do subsolo», «em produções agro-silvícolas», «na abundância de uma mão-de-obra adaptável às técnicas mais modernas e em que o custo do transporte tenha uma baixa incidência no valor do produto», «as indústrias portuárias que se baselam na posição testa de ponte transatlântica», as «que possam ocasionalmente tirar partido do mercado ibérico» e, por fim, as que «fechem a malha entre os tipos anteriores e que, através de um planeamento integrado, usufruam de elevadas economias de escala».



bém aqui as soluções possíveis exigem um elevado grau de «consciência capitalista», atrofiada, de resto, pela própria ideologia em vigor. No comportamento deste sector terá um peso particular o pânico relativo ao condicionamento tecnológico e, em última análise, travar-se-á provavelmente uma severa batalha em torno dos «mínimos» a fixar. Os grandes grupos, em princípio, estariam destinados a ser os beneficiários directos da «nova política». Objectivamente, são os seus interesses que estão a ser defendidos. Não é, aliás, no domínio das alterações da estrutura industrial que se poderá situar a sua oposição. Veremos adiante quais os factores que levam, de modo aparentemente paradoxal, alguns deles a manifestar forte resistência. Note-se, no entanto, que dadas as suas ligações estreitas com as mais importantes empresas bancárias é natural que se inquietem, por essa via indirecta, perante a hipótese de um desaparecimento em massa de pequenas (e médias) empresas, que continuam a constituir uma parte apreciável do negócio bancário entre nós. Se é certo que a médio prazo as operações com grupos estrangeiros ou de financiamento a sólidas empresas nacionais pode oferecer perspectivas interessantes, a curto prazo causaria sérias dificuldades o de-

clínio brusco do seu esquema de crédito tradicional (bastante rendoso) por meio de um processo acelerado de falências entre a sua numerosa clientela de pequenas empresas (1).

À margem dos interesses da burguesia industrial e financeira, poderemos ainda referir que, dada a essencial preocupação de rentabilidade-competitividade que fundamenta a «nova política industrial», a consideração dos desequilíbrios regionais aparece um pouco secundária. O sector agrícola terá o seu papel como fornecedor de produtos agro-silvícolas à indústria, na medida em que o possa fazer em condições favoráveis, além de se esperar que venha a absorver quantidades crescentes de produtos industriais (máquinas, adubos,

---

(1) A fim de enfrentar este problema, e após indicar as condições de solidez empresarial que reputa indispensáveis, propõe o Dr. Correia de Oliveira, no discurso citado: «No contacto diário com empresas já suas clientes, e cuja estrutura e organização não obedeça às condições acima referidas, os bancos comerciais deveriam progressivamente, mas firmemente, fazer, pela via de um condicionamento explicado da linha de crédito dessas empresas, a pressão que as conduza à sua reorganização». Por outras palavras, em lugar do processo descontrolado que uma «política de choque» teria por efeito, preconiza-se uma progressiva reconversão controlada pela própria Banca.

etc.). Isso poderá condicionar eventualmente a localização de algumas unidades industriais, mas só quando essa for a localização «mais rendível». Sendo assim, é lógico que, por um lado, os interesses agrários verão este novo impulso industrial como uma fonte mais de atraso relativo, e levantarão a sua voz «escandalizada» contra esta «fúria de progresso». Outros agentes dos interesses regionais das zonas «abandonadas» (comerciais, por exemplo) os acompanharão no seu protesto. No plano político, a persistência dos canais de influência tradicionais pode vir a traduzir-se, por estas vias, num peso amortecedor que não é de desprezar.

### **Relações com o exterior**

Uma análise das nossas relações com o exterior não pode ser efectuada simplesmente com base em observações mais ou menos superficiais da balança de pagamentos ou dos tipos de bens e serviços comercializados. Isto porque deve reflectir, tão claramente quanto possível, a realidade mais profunda da integração do capitalismo português no mercado mundial e a posição e relações que nele estabelece com os monopólios internacionais. O fenómeno da «integração europeia» ou «mun-

dial» é uma realidade inelutável na fase monopolista do capitalismo português. A assimilação de Portugal pelos grandes «espaços», as formas que ela reveste e as consequências que provoca em termos de relações de troca e de penetração dos interesses estrangeiros terão de constituir os pontos de referência básicos de qualquer análise da estrutura das relações económicas portuguesas com o exterior.

É a partir de 1961, face às crescentes exigências de capital para fins não produtivos e consequentes dificuldades financeiras do Estado na promoção do desenvolvimento, que se arvora em política oficial o recurso ao financiamento externo, como «forma supletiva de fomento económico», e se começa a registar um considerável afluxo de capitais, atraídos pelos benefícios fiscais e pela nova legislação muito liberal sobre investimentos estrangeiros e exportação de lucros (1).

São particularmente significativos os números indicados pelo Banco de Portugal relativos aos valores globais de entradas de capitais estrangeiros no nosso país: de 1,1

---

(1) V. Decreto-Lei n.º 46 312, de 25-4-1965.

milhões de contos em 1961 passa-se a 2,8 milhões em 1965, 4,85 milhões em 1966 e 5,8 milhões em 1968.

Se averiguarmos as formas preferenciais de entrada desses capitais, é fácil verificar que as modalidades mais importantes, todas elas evoluindo em sentido crescente, são os «créditos financeiros» e os «créditos ligados à transacção de mercadorias» — atingindo, cada um desses itens a ordem dos 2 milhões de contos nos últimos anos —, as «compras de títulos» e as «participações no capital de empresas nacionais» — representando, cada um dos sectores, valores variáveis entre 500 e 600 mil contos.

A estratégia que daqui se pode deduzir é a de uma reduzida intervenção «directa» no processo produtivo. Pelo contrário, assiste-se, sim, a um reforço acentuado dos compromissos financeiros, quer públicos quer privados. Ora estes compromissos vão muito para além dos simples esquemas financeiros, pois estão-lhes associadas, normalmente, condições estritas de utilização de técnica e de equipamentos estrangeiros, com uma limitação da participação nacional em termos de autêntico «bloqueamento». O capital estrangeiro evita assim os riscos de uma participação «directa»

nos empreendimentos, efectuando a sua penetração por vias mais subtis e muito mais rendosas a longo prazo (1).

Nem por isso deixa de ter interesse debruçar-me um pouco sobre o problema das participações directas. Com efeito, este tipo de intervenção tem uma importância que excede, em geral, aquela que o simples enunciado dos números pode dar a entender. Ainda recentemente, comentando o relatório de um grupo de peritos do Mercado Comum sobre

---

(1) Uma modalidade típica de «intervenção» dos norte-americanos nos países subdesenvolvidos: em vez de correr os riscos de um investimento directo, em economias instáveis, eles assumem «posições» nas empresas nacionais através da venda, em exclusivo, de matérias-primas, materiais e direitos de utilização de patentes. As receitas provenientes destas vendas correspondem, de facto, a uma antecipada retirada de lucros, frequentemente antes mesmo de serem postos no mercado os produtos respectivos. Desta forma se produz um *contrôle* e bloqueamento da evolução e grau de desenvolvimento técnico dos países atrasados. Em Portugal verifica-se, nomeadamente, um domínio tecnológico através da introdução de *know-how* (ou seja, conhecimento das tecnologias e da sua concretização em termos industriais, nas várias fases: projecto, construção-montagem, arranque-exploração-con-

os investimentos americanos nos países da comunidade, dizia a revista *Usine Nouvelle*: «Se, segundo os países, estes investimentos representam uma fracção relativamente baixa (7% a 25%) do total de investimentos realizados, em contrapartida eles asseguram às firmas americanas uma posição importante e por vezes preponderante num certo número de sectores (electrónica, automóvel, produtos alimentares, etc.)» (1). Assim, um primeiro ponto a observar é o que diz res-

---

*trôle*) estrangeiro, segundo modalidades como, a título exemplificativo:

a) Participações em firmas nacionais implicando a utilização da tecnologia estrangeira sob a forma de «exclusivo» e a ser fornecido à medida das conveniências do grupo estrangeiro;

b) Domínio do mercado de oferta de bens de equipamento concebidos, projectados e fabricados no estrangeiro, e em cujos preços se incluiu o respectivo *know-how* básico, enquanto ao comprador se transmite apenas o «modo de utilização» das máquinas.

c) *Contrôle* de fabricos nacionais, através de venda do «direito de utilização de patentes» e formas diversas de «licenciamento».

(1) «Concurrence en Europe faussée par les privilèges des sociétés américaines», *Usine Nouvelle*, n.º 28, 9-7-1970. .

peito aos tipos de actividade para onde se dirigem as aplicações directas <sup>(1)</sup>:

Investimentos em sectores de baixa tecnologia em que a barateza da força de trabalho ou de matérias-primas desempenha um papel importante: indústrias de confecções, embalagens, montagens de veículos, etc., bem como em sectores de tecnologia mais avançada ou integrados em circuitos de produção de indústrias de ponta implantadas no estrangeiro (por exemplo, elementos intermédios para indústrias de electrónica). Os sectores mais avançados tendem, de resto, a ficar, tecnologicamente e financeiramente, cada vez mais dependentes dos grupos internacionais, passando a sua expansão por uma acentuação de tal dependência <sup>(2)</sup>. De notar ainda, quanto àquelas indústrias de

---

<sup>(1)</sup> Para maior pormenor, ver fontes citadas no artigo «Investimentos estrangeiros: vantagens ou desvantagens?», de Palma Andrés, in *Economia Lusitana*, 2.ª série, n.º 3. Ver também o quadro incluído no estudo, já citado no capítulo II, da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã, publicado na revista *Indústria Portuguesa*, n.º 507, Maio de 1970.

<sup>(2)</sup> V. nota da p. 85.



fraca intensidade capitalística, certas vantagens adicionais; por exemplo, na preferência para concessão de créditos bancários (reduzidos mas baratos) relativamente às empresas exclusivamente portuguesas. A banca nacional favorece quem lhe oferece melhores garantias e lhe possibilita lucrativas operações cambiais com moeda estrangeira. Pode dizer-se que boa parte de operações deste tipo por parte do capital internacional é financiada por dinheiro português<sup>(1)</sup>, e aí temos um exemplo de como um valor relativamente baixo de investimentos directos pode representar um *contrôle* ex-

---

(<sup>1</sup>) V. *A Capital*, suplemento «Economia Técnica», 22-2-1969, art. de L. S. Matos. Este mecanismo é, de resto, também «clássico». No mesmo artigo da *Usine Nouvelle* acima referido pode ler-se: «...para o financiamento dos seus investimentos as firmas americanas têm recorrido cada vez mais à poupança europeia (2600 milhões de dólares em 1967 contra 447 milhões em 1959). A Europa tem-lhes, portanto, fornecido simultaneamente um mercado, quadros, mão-de-obra e capitais. Tanto pelo apelo à poupança como pelo reinvestimento dos lucros, as filiais americanas podem não só dispensar por completo os capitais da sociedade-mãe mas ainda transferir para esta uma parte dos seus lucros».

terno muito mais considerável do que os números aparentam.

Investimentos em sectores preferencialmente virados para a exportação (são, em muitos casos, aliás, actividades do tipo anterior). Em Portugal, realizam-se as operações intermediárias ou finais da preparação de certos produtos que são seguidamente vendidos a preços internacionais grandemente vantajosos no mercado mundial.

Apesar da «exiguidade do mercado interno», assiste-se igualmente a uma crescente penetração nos domínios da produção de bens de consumo, de mais elevada rendibilidade imediata, bem como à crescente intervenção no sector dos serviços. E assim assistimos, num país com carências de base, ao empolamento dos consumos supérfluos estimulados pelos interesses estrangeiros no sector de bens de consumo (e, não esquecer, no da publicidade), enquanto, por virtude da fácil penetração no mercado interno de bens de equipamento, a indústria pesada produtora de tais bens se encontra estagnada ou subordinada aos interesses do capital internacional.

As consequências deste processo não são, portanto, de natureza a alterar profundamente uma estrutura do comércio externo típica de uma fase «intermédia» de desenvolvimento:

a) A composição das exportações é dominada por matérias-primas, produtos provenientes do sector primário (agricultura, pesca) brutos ou industrializados sob a forma de bens de consumo de procura rígida, produtos industriais semimanufacturados ou manufacturados, também de procura rígida (cortiças, minérios, madeiras, vinhos, conservas, polpa de tomate, têxteis, artefactos de cortiça, etc.);

b) As importações são essencialmente constituídas por produtos manufacturados, bens de equipamento e outros frutos de técnicas elaboradas. Isto sem contar com as importações de técnicas em si mesmas dificilmente quantificáveis (1).

---

(1) Convém ter presente que uma industrialização feita com base na substituição de importações não conduz a uma diminuição destas: limita-se a deslocar o seu acento tónico para outros bens — nomeadamente de equipamento — exigidos pelo próprio crescimento industrial, e que são precisamente aqueles que os países industrializados têm maior interesse em exportar.

O resultado desta situação não é só, nem principalmente, a situação deficitária da balança comercial. Se nos lembrarmos de que, por um lado, no mercado mundial se processa um embaratecimento absoluto das matérias-primas e produtos pouco elaborados, enquanto os bens manufacturados vendidos pelos países ricos tendem a encarecer, e que, por outro, o comércio externo nacional vai sendo crescentemente dominado pelos capitais estrangeiros, somos levados à seguinte conclusão: não só as relações de troca tendem a degradar-se com prejuízo para o País <sup>(1)</sup> como os lucros das vendas são exportados, frustrando a aplicabilidade de tais excedentes e renovando as relações de dependência.

Tem ainda interesse referir outro aspecto das aplicações directas de capital estrangeiro, demonstrado numéricamente no estudo (já citado no capítulo II), da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã. Assim, em 1968,

---

(1) Assim, por exemplo, relativamente ao comércio externo com a Alemanha Federal e a Grã-Bretanha, em 1962, Portugal pagou em média 9,7 contos por tonelada importada e recebeu 3,6 contos por tonelada vendida. Isto sob reserva da falibilidade na expressão das relações de troca em função da «tonelada» em lugar da «hora de trabalho».

a média do capital inicial para o conjunto de todas as novas empresas criadas nesse ano (em todos os sectores de actividade) não excedeu os 265 contos. Pois se considerarmos apenas as 222 empresas, também em todos os sectores, criadas ou ampliadas nesse ano com participação do capital estrangeiro, a média do respectivo capital foi de 2661 contos. Para as 48 empresas ultramarinas nestas condições, a mesma média foi de 23 479 contos. O próprio relatório acentua que o confronto destes valores «mostra nitidamente a diferença na intensidade do capital, motivada, nas empresas com participação estrangeira, por uma estrutura empresarial em regra mais vasta, por pressupostos técnicos que exigem capital elevado em unidades industriais e em dimensões de empresas orientadas para o mercado. No grupo das empresas ultramarinas, no cálculo da média dos valores do capital, os grandes investimentos manifestam-se sobretudo no sector mineiro, na prospecção e extracção de petróleos, na prospecção de diamantes, na agricultura e silvicultura e em ramos económicos semelhantes». Vemos, assim, que o capital estrangeiro toma desde já posição em empresas destinadas a ganhar maior preponderância à medida que a nossa

estrutura industrial se for gradualmente concentrando.

Se apreciarmos agora o campo, fundamental, dos «investimentos» indirectos, verificamos que o sector privado tem beneficiado de volumosos créditos financeiros, sem falar dos créditos comerciais, cujas consequências já referimos. Esses créditos financeiros devem representar actualmente mais de 20% da formação bruta de capital fixo do sector privado. Não é de estranhar que vamos encontrar entre os beneficiários de uma parte considerável destes créditos os principais grupos nacionais: siderurgia, petróleos, indústrias químicas, construção naval.

Tem, aliás, também aumentado de modo sensível a dívida externa privada com aval do Estado, que se situava em 2 milhões de contos em 1963 e 3,7 milhões em 1965 (parte não amortizada). Quanto a esta, convém mencionar que ela deriva, em boa medida, do financiamento de empreendimentos nos territórios ultramarinos, sobretudo no sector dos transportes e indústrias extractivas <sup>(1)</sup>. Isto introduz-nos, por outra via, no problema da penetração dos capitais estrangeiros naquelas regiões.

---

(1) V. III Plano de Fomento, vol. I, p. 200.

Trata-se, como acima referia a citação feita, de uma penetração na exploração de matérias-primas (minerais, hidrocarbonetos, fosfatos, potassa, etc.), que simultaneamente permite um *contrôle* de economias que representam, de igual modo, mercados «virgens».

A burguesia industrial portuguesa vai entretanto tratando de participar num empreendimento que não tinha capacidade de realizar, o que lhe permite assegurar posições num futuro que será dirigido, essencialmente, pelo grande capital internacional. Para as economias locais é o clássico domínio através da exploração de produtos primários para exportação, do círculo vicioso entrada de capitais-saída de lucros, reembolsos e encargos financeiros; o bloqueamento da industrialização; a total distorção da economia, centrada em meia dúzia de produtos primários.

É sintomático, neste aspecto, que o III Plano de Fomento preveja que, dos investimentos a realizar naqueles territórios no período de 1968-1973, mais de um terço provenha de financiamentos externos.

Quanto à dívida externa pública, pelo seu elevado montante e condições, ela representa necessariamente para o País uma posição de dependência dos grandes grupos prestamistas, tendo-se traduzido, sem dúvida, na ce-

dência de facilidades para a actuação desses grupos adentro da economia portuguesa (1). Mas se se deve acentuar os seus efeitos numa diminuição da força contratual do governo à escala mundial (e local), é também de referir a sua inevitabilidade, dada a função que desempenha de suprir a necessidade de recursos financeiros por parte do Estado, cujo crescimento se tem vindo a agravar desde 1961. A título de apreciação final há que salientar um último e importante aspecto: o actual processo de penetração do capitalismo estrangeiro em Portugal, com todas as consequências que brevemente se analisaram, é um fenómeno inerente à própria existência e posição do capitalismo português no mercado mundial: dependência do comércio externo, distorções estruturais, etc., são a consequência necessária duma integração a partir de certo mo-

---

(1) No seu referido discurso, o Dr. Correia de Oliveira aponta estas servidões, embora, naturalmente, as apresente apenas como um hipotético risco: «...não podemos esquecer que a segurança nacional impõe ao Estado limites no seu recurso ao crédito, e particularmente ao crédito externo, pois que mal nos iria se alguma vez não pudesse ser livremente decidida em terra portuguesa a política de Portugal».



mento inevitável, que para os parceiros menores significa sempre dependência.

Não há, pois, contradição entre o acentuamento dos factores de exploração e a «integração»: a busca pelo capitalismo português de uma posição «aceitável» a nível internacional passa pelo estreitamento, em subordinação, com os monopólios estrangeiros. E isto a um ritmo tanto mais rápido quanto maiores forem as dificuldades do Estado no apoio à acumulação nacional e, conseqüentemente, maior for a necessidade de «financiamento supletivo» (1) por parte do capitalismo internacional.

Eis-nos, pois, melhor apetrechados para compreender o alcance duma «nova política», que fez do apelo ao investimento externo instrumento básico do desenvolvimento industrial. E parece também claro que os reflexos nacionalistas e atlânticos que continuarão a manifestar-se em certos sectores podem ter uma influência política que convém não desdenhar, mas, a longo prazo, acabarão por ceder ao «realismo» das relações de dominação

---

(1) Ou seja, maior a necessidade de recorrer a capital externo para assegurar um nível suficiente de investimento.

à escala mundial. Só não terão sido um combate perdido na medida em que esses mesmos sectores acabarão por reencontrar o seu lugar, talvez com menos espavento, na nova estrutura que resultar dos ajustamentos indispensáveis.

À estranheza da não inclusão de qualquer referência ao ultramar no discurso do secretário de Estado da Indústria, manifestada por alguns dos participantes no Colóquio de Política Industrial, respondeu, na sessão de encerramento, o Eng.º Torres Campos do seguinte modo: «Quanto à não referência expressa (naquele discurso) ao ultramar, retomo a intervenção autorizada do Senhor Presidente da Associação Industrial de Angola de que, para o desenvolvimento das províncias de África, o contributo da metrópole poderá ser tanto maior e melhor quanto mais esta estiver próxima do nível de industrialização dos países europeus.» O que é uma forma de exprimir a posição intermediária que se reserva à metrópole no sistema capitalista à escala mundial.

### **Produtividade e competitividade**

Este foi um dos aspectos que maior controvérsia levantou entre os participantes do

Colóquio de Política Industrial, e é compreensível que assim tivesse sido, pois toca de perto alguns dos dilemas essenciais que inquietam a nossa burguesia industrial. Com efeito, as noções de «produtividade» e de «preços competitivos» trazem, naturalmente, à mente dos empresários esses outros problemas «escaldantes» que são: salários, investimentos, tecnologia, dimensão. Agarrados à ideia fixa de que, nos últimos anos, os salários em Portugal têm subido em flecha, não lhes foi agradável ouvir demonstrar com números que os aumentos da produtividade industrial foram, mesmo assim, superiores aos salários (1).

---

(1) Rel. n.º 4 do Colóquio de Política Industrial, «Mão-de-Obra Industrial», Dr.ª Aurora Murteira e Isilda Branquinho. Indica-se nesse relatório que a taxa média anual de crescimento da produtividade na indústria transformadora entre 1960-1967 foi de 6,1%, sendo a dos salários reais de 3,5%. Além disso, refere-se ainda que entre 1960-1967 a taxa média de crescimento anual dos salários reais e monetários (3,5% e 6,9%, respectivamente) foi das mais baixas para todos os países da E. F. T. A. e da C. E. E. Convém ter presente que estas taxas incidiram sobre níveis relativos que acusavam uma enorme desproporção. Esclarece-se que se entende por «salários monetários» os valores em escudos efectivamente pagos, sem qualquer correcção, enquanto os «salários reais» são aqueles corrigidos do aumento de preços e, portanto, traduzem o poder de compra «real».

Tendo aprendido a «regra do ouro» de que os aumentos de salários não devem exceder os da produtividade, embasbacaram-se que um membro do governo viesse dizer-lhes que «o aumento de salários deve não só acompanhar o aumento da produtividade mas tenderá normalmente a ultrapassá-lo» (discurso do Eng.º Rogério Martins). Enfim, convencidos de que o factor determinante da competitividade das nossas empresas reside precisamente nos reduzidos custos da mão-de-obra, assustaram-se por ver o problema posto noutros termos; «o baixo teor de salários não pode ser [...] base determinante duma selecção de actividades» e «para manter o valor global do lucro e para o aumentar o empresário terá de aumentar o número de unidades produzidas» (discurso citado). A questão foi, assim, colocada numa perspectiva estrutural, tendo-a resumido o director-geral dos Serviços Industriais quando disse: «A debilidade estrutural de muitas empresas portuguesas, que as coloca em situação extremamente penosa face a qualquer aumento salarial, constitui mais uma prova da extensão e profundidade da renovação que é necessária.»

Para ter uma ideia da posição relativa da indústria nacional no que respeita a produtividade, basta referir que em 1963 o valor

acrescentado por pessoa empregada na indústria transformadora — 913 dólares — era o mais baixo do conjunto dos países da Europa, E. U. A., Argentina e Japão (excluídas a Grécia e a Turquia). Para 1967, com base em 1960, o índice português de produtividade nas indústrias transformadoras era de 134, superior ao dos principais países industrializados. No entanto, dado o abismo existente «à partida», constata-se que «as diferenças do ritmo verificadas não foram suficientes para anular a posição bastante desfavorável do País no que se refere à eficiência da mão-de-obra, relativamente aos seus mais directos concorrentes em mercado aberto (1).

A situação actual resulta do próprio esquema de desenvolvimento industrial praticado entre nós a partir da guerra: criar uma indústria protegida alfandegariamente da concorrência externa, ao abrigo de pressões salariais, lentamente concentrada dentro de um quadro de instrumentos proteccionistas e de condicionamento. De tal estratégia nasceu uma estrutura caseira, à medida das diminutas dimensões do mercado interno, sem problemas sociais e cujo progresso decorreu em

---

(1) Rel. cit., p. 13.

boa medida duma «adequada» repartição dos rendimentos.

A indústria pôde, pois, até agora viver sem sobressaltos de maior, com desconhecimento de problemas de gestão, usando de mão-de-obra não qualificada (1) com elevados custos de matérias-primas e energia, sem preocupações de qualidade, etc., sem que isso lhe impedisse uma aparente competitividade num mercado interno «reservado».

Assim viveu, de facto, até que a iminência da «integração» obrigasse os «jovens turcos» da tecnocracia portuguesa a lançar o grito de alarme da «reorganização» e «modernização»: reforçar a «competitividade internacional» da oferta, condição de sobrevivência do capitalismo português; melhorar a produtividade industrial, passo necessário para alcançar tal objectivo.

Aqui se insere uma «nova estratégia de

---

(1) Em 1960, 65,8% dos activos na indústria extractiva e 46,7% dos activos na indústria transformadora não possuíam nem frequentavam um grau de ensino. Considerando os estabelecimentos que em 1964 empregavam de 21 a 50 pessoas e de 501 a 1000 pessoas, verificou-se que só possuía cursos secundários, médios ou superiores 2,6 % e 5 %, respectivamente, da mão-de-obra empregada. (Rel. cit.)

mão-de-obra», a «política activa de mão-de-obra»: realizar o «melhor aproveitamento dos mão-de-obra», a «política activa de mão-de-senvolvimento industrial» (1). E nesta óptica se inscreve também um crescimento salarial como motor da produtividade, da modernização, do aumento de dimensão. Arvorar em «preferenciais» indústrias intensivas em mão-de-obra mas simultâneamente tecnològicamente avançadas, onde se pratiquem salários mais elevados «e com grande capacidade de criar empregos de elevada qualificação profissional» (2), eis um objectivo central, que implica paralelamente a adopção de medidas no controverso campo do alargamento do acesso ao ensino.

A eventualidade duma concretização rápida e maciça de tais propósitos causa várias apreensões mesmo entre os grupos económicos

---

(1) Rel. cit., p. 4.

(2) Rel. cit., p. 6. Não é por acaso que o acento é sempre posto na «formação profissional», e nunca na educação de base, em particular por parte dos industriais. O seu interesse reside, de facto, em pôr os trabalhadores em condições de «produzir mais», e não de «pensar mais». Isto foi patente, por exemplo, nas intervenções feitas durante o Colóquio de Política Industrial.

mais modernos e europeus. A despeito de objectivamente uma tal política de mão-de-obra corresponder inteiramente às suas necessidades de reforço de competitividade a nível internacional, é de esperar que, quer por parte dos interesses dos grandes grupos quer originados por outros sectores da classe dominante, do aparelho de Estado ou das médias empresas, se levantem vários obstáculos no sentido de dificultar uma aplicação «demasiado rápida» daquelas medidas.

Com efeito, para além dos temores relativos a uma «descompressão» político-sindical, é pouco previsível, no plano económico, que a generalidade das grandes empresas esteja disposta a aceitar uma contracção dos lucros como meio de evitar um surto inflacionista resultante de subidas salariais.

As tensões inflacionistas já existentes vir-se-iam juntar novos factores que poderiam desencadear um processo de subida de preços em flecha só evitável por uma redução dos lucros. A recusa «pouco esclarecida» duma política que a médio prazo se traduziria em lucros suplementares, e o receio do «espectro inflacionista» que essa própria recusa viria agravar, levam a uma atitude «prudente» quanto ao problema da «actualização» dos salários.



Por outro lado, sendo de prever que a rápida aplicação da «nova política industrial» (não apenas nos seus aspectos salariais) viria contribuir para apressar a ruína dum grande número de P. M. E. (pequenas e médias empresas) não é de surpreender que a burguesia em globo se inquiete com os reflexos que isso possa ter na «paz social».

### A terminar...

Não pretende este texto terminar pelo enunciado ou previsão de caminhos concretos que a curto ou médio prazo poderá tomar a evolução do capitalismo português.

Detectada uma linha geral de evolução e analisadas algumas das principais contradições que ela encerra, apenas se procurou contribuir para a caracterização dum contexto, a partir do qual, e tendo em conta as tensões existentes no seio da classe dominante portuguesa, os caminhos eventualmente previsíveis poderão ser bloqueados, alterados ou súbitamente facilitados.

O que nesta conclusão se pretende sistematizar são algumas das principais linhas de força que actualmente fazem correr os sectores «mais avançados» do capitalismo e os obstáculos económicos e ideológicos que se

levantam às medidas por estes preconizadas em nome dos interesses reais dos grandes grupos. Assim, e resumindo, pode-se apontar que:

- 1.º O capitalismo português, ao atingir a presente fase, se encontra em processo necessário de integração no mercado capitalista mundial, tentando dentro dele assegurar uma posição, não óbvia-mente de predomínio, mas de relativa prosperidade na dependência.
- 2.º Esta sujeição à «especialização» internacional de tarefas imposta pelos grandes grupos internacionais, se, por um lado, se traduz num crescente domínio da economia portuguesa por parte do capitalismo estrangeiro, por outro, exige da grande burguesia industrial, ou melhor, dos «mais esclarecidos» intér-pretas dos seus interesses, a nível da jovem tecnocracia, a formulação e ur-gente execução duma nova estratégia desenvolvimentista, assente num apa-relho de Estado modernizado, numa economia «aberta», concentrada e «ra-cionalizada».
- 3.º Porém, factores de vária ordem fazem de tal adaptação um processo contradi-

tório e complexo, podendo vir a impedir a sua aplicação «brutal» sob a forma de terapêutica de choque, e amortecendo, em larga medida, os seus impulsos iniciais.

As causas desta travagem podem-se encontrar não só nos sectores economicamente fora da carroça europeia como nos próprios grupos beneficiários directos das medidas preconizadas.

Nuns casos, a preocupação da possível derrocada iminente de interesses até agora protegidos por privilégios que tendem a desaparecer faz as P. M. E. e os agrários mobilizar, ao nível dum aparelho de Estado ainda permeável, todas as influências bloqueadoras de tais medidas. Noutros é a própria falta de «consciência capitalista» que leva os beneficiários objectivos da «nova política» a encarar com atávico receio e inquietação as mudanças anunciadas. Subjacente a ambos, a débil estrutura dum capitalismo monopolista incipiente.

- 4.º É igualmente importante ter presente, até para que não sejamos acusados de excessivo «economismo», que factores de natureza política e social, quer na

metrópole quer em outras regiões onde estão radicados interesses portugueses, podem ter (e terão por certo) uma relevância na evolução que se vier a processar, na medida em que venham agravar as tensões já existentes e a alterar, de modo imprevisível, os dados actuais do problema.



## CAPITULO IV

### A «LIBERALIZAÇÃO» AO NÍVEL DAS RELAÇÕES DE TRABALHO (1).

Jornais povoados de notícias sobre assembleias gerais de sindicatos e sobre assinaturas — efectuadas ou previstas — de novos acordos colectivos de trabalho: eis algo a que não se estava habituado e foi durante alguns meses moeda corrente na nossa imprensa diária. Poderia pensar-se que se tratava apenas de uma «liberalização» ao nível da censura, mas de facto não é assim. Com efeito, aquilo a que, à falta de outra expressão, chamaremos de «vida sindical» em Portugal, ganhou no últi-

---

(1) Texto escrito em Agosto de 1970, antes, portanto, da mais recente regulamentação relativa, nomeadamente, à constituição das comissões arbitrais.

mo ano uma movimentação que lhe era desconhecida. A nova legislação relativa à actividade sindical foi o sinal de arranque dessa movimentação, não pròpriamente pelas inovações que trouxe, mas sobretudo pela sensação que deu de que se podia enfim manifestar sem receios de maior um certo número de reivindicações «razoáveis» e apresentá-las como «expressão colectiva» através de votações «normais» em reuniões dos interessados. Os organismos mortos que eram até então os sindicatos passaram a ver as suas assembleias regurgitando de gente a quem se dava um antegozo de «democracia». As línguas soltaram-se, os projectos de acordo colectivo multiplicaram-se, descobriu-se que afinal era mais simples do que algumas aves sinistras agoi-ravam pôr em funcionamento a «legalidade corporativa» — nada mais do que isso — sem que se pusesse imediatamente em perigo a ordem social. Sem conflitos importantes, apenas com alguns atritos — o que até dava oportunidade para pôr em funcionamento os mecanismos de «arbitragem» —, os «acordos» (ou simples «projectos de») foram surgindo. A colaboração de classes, pedra de toque da doutrina corporativa, passava ao domínio das realidades. Passou a ser comum ouvir-se dizer «esta noite tenho reunião no Sindicato» a

tantos que, alguns meses atrás, perdiam noites em conversas fúteis, iam ver a televisão ao café do bairro, ou simplesmente se metiam na cama após um dia mais de frustração irremediável.

Porque terei atacado o problema de forma tão intencionalmente irónica e que poderá mesmo parecer «agressiva»? Pois essencialmente para marcar bem a diferença, que talvez tenha passado despercebida, entre o modo como tem sido tratado «liberalmente» todo este processo tendente a uma «revitalização» sindical cujo carácter corporativo se controla (e que se situa, portanto, dentro das regras do jogo prévia e unilateralmente traçadas) e um outro tipo de actuação da classe trabalhadora, esse conflituoso e fora do «esquema», que não poucas empresas conheceram também ao longo deste ano. Sobre este tipo de conflitos, nascidos directamente das condições de exploração ao nível da empresa, e que traduzem um clima de «luta», e não de «colaboração» — sobre estes silenciou sempre a imprensa, não por culpa própria, mas porque a censura, devidamente instruída, não considerava «útil» que se informasse o público. Aliás, mesmo no que toca à movimentação sindical, também a certa altura se acabou por impor



uma séria «moderação» informativa. O processo continuou a desenvolver-se, mas por certo ter-se-á receado que a embrionária opinião pública tomasse aquela avalanche noticiosa como um sintoma de «agitação social» e, mais grave, que as próprias «massas sindicais» ganhassem um sentimento de força colectiva que as pudesse impelir a um alinhamento reivindicativo ou até mesmo a violar as regras estabelecidas.

Tentarei demonstrar o mecanismo subtil que, buscando um equilíbrio difícil entre interesses divergentes no seio da classe dominante, dá origens a estes «sinais» exteriores, ora liberais ora repressivos. Para isso, porém, parece-me imprescindível fazer uma breve digressão histórica, a fim de que se compreendam com maior clareza certos aspectos daquilo a que em Portugal se tem vindo a designar por «sindicatos».

### **Sindicalismo industrial e sindicalismo profissional — anarco-sindicalismo e socialismo**

Nos países que atingiram o estágio da industrialização após um longo processo histórico durante o qual começaram a tomar forma as classes que viriam a definir os seus contor-

nos com mais rigor na fase ascendente do liberalismo económico, os conflitos sociais tiveram, nesse processo, papel determinante. No entanto, se é certo que é possível detectar, mesmo em épocas recuadas, conflitos opondo «assalariados» a «patrões», tratou-se sempre de casos esporádicos localizados, já que só na fase do capitalismo industrial se reuniram as condições para um afrontamento de carácter fundamental entre os trabalhadores e os detentores dos meios de produção. Mesmo assim, as primeiras acções colectivas que hoje são consideradas como embriões do futuro movimento sindical inserem-se numa certa continuidade histórica. Elas foram, no dealbar da industrialização europeia, obra de operários «qualificados» (descendentes históricos dos antigos artesãos ou de possuidores de ofícios de raiz medieval) e inspirados por uma atitude de natureza corporativa: defesa das suas qualificações, manutenção de privilégios — como a restrição do acesso à profissão —, que correspondiam a uma fase ultrapassada definitivamente. Destruíram-se máquinas nem sempre porque elas representassem uma ameaça ao emprego em geral, mas sobretudo porque se pressentia nelas, e com que lucidez, uma ameaça à qualificação de uma minoria ainda raciocinando em termos de «obra-pri-

ma» (e, portanto, ao emprego *dessa minoria*). Todos os movimentos sindicais conhecidos viram, assim, numa primeira fase, a organização dos trabalhadores segundo um agrupamento por profissões ou ofícios (tipógrafos, tecelões, carpinteiros, vidreiros, metalúrgicos, etc.), para só posteriormente, e vencendo a oposição dos primeiros, integrarem as grandes massas de operários não qualificados, através de uma estruturação por indústrias. Só ao passar de uma fase a outra o sindicalismo pôde ganhar toda a sua força como movimento de massas e toda a sua eficácia, quer no plano ideológico quer no plano do «poder contratual» (1).

Com efeito, é fácil imaginar a enorme dispersão que representa, no seio de uma mesma empresa, a sindicalização por profissões, e

---

(1) Poder-se-á objectar que as práticas restritivas de sectores altamente qualificados tinham por objectivo justamente a conservação de um forte «poder contratual», já que limitavam a oferta de trabalhadores com essas qualificações, permitindo salários mais altos e segurança de emprego. Na realidade, dado o desenvolvimento tecnológico, esse reforço de poder só jogava (ou só joga, onde tais fenómenos ainda hoje se verificam) a curto prazo. Nessa perspectiva de «poder contratual», só um sindicalismo de massa, de base industrial, constitui resposta ade-

tanto mais quanto mais diferenciada é aquela. Ainda hoje, na Grã-Bretanha, onde coexistem em plena «desordenação mais ou menos ordenada» sindicatos profissionais, sindicatos industriais e sindicatos gerais (englobando organismos profissionais e industriais através de um mecanismo conhecido por *amalgamation*), se torna necessário por vezes constituir para uma negociação os chamados *joint committees*, formados por representantes de sindicatos diversos, único modo de fazer uma frente comum ao nível da empresa (ou da indústria) face a um patronato que, se por um lado encontra vantagens contratuais apreciáveis na divisão dos seus interlocutores, nem sempre está disposto a discutir sucessivamente com uma dezena ou mais de delegados, cada um falando em nome de um grupo profissional homogéneo de trabalhadores.

---

quada ao poder empresarial, também organizado na mesma base. Diga-se, aliás, que mesmo essa estruturação se tornou também, em muitos casos, insuficiente face à constituição dos grandes grupos financeiro-industriais polivalentes e de gigantescas empresas inter-territoriais, com o conseqüente desafio à capacidade de «resposta» do movimento sindical. Situamo-nos aqui, por agora, no plano do sindicalismo «económico», que, como se vê, é deste modo arrastado para um *business unionism* de tipo americano.

A sindicalização das grandes massas não qualificadas impôs ao movimento um verdadeiro «salto qualitativo», não só porque o próprio número trouxe problemas novos de estruturação e de enquadramento mas sobretudo porque, dada a natureza do seu trabalho, os militantes recém-chegados eram portadores de uma ideologia distinta, mais colectivista, por oposição à tendência individualista e restritiva dos seus predecessores.

De facto, a partir da segunda metade do século XXI, e podendo datar-se, simplificando, da efémera existência da Associação Internacional dos Trabalhadores (a I Internacional), enfrentaram-se duas concepções quanto ao papel a desempenhar pelas organizações de trabalhadores na luta a desenvolver contra a burguesia capitalista: a anarquista e a socialista. A primeira, na sua expressão anarco-sindicalista (na realidade mais de inspiração proudhoniana que bakuniniana), repudiava a acção política do movimento sindical, ou melhor, considerava que a simples acção sindical, reivindicativa, conduzindo a uma agitação cada vez mais violenta, e por fim à greve geral, seria suficiente só por si para paralisar e destruir o sistema capitalista. De inspiração muito individualista, recusando as organizações fortemente estruturadas e propondo como

modelo pós-capitalista uma sociedade muito descentralizada em que o Estado seria substituído automaticamente por uma multiplicidade de órgãos de carácter comunal e local, em que a autoridade seria reduzida ao mínimo, o anarquismo e, no plano que nos interessa, o anarco-sindicalismo, encontrou o mais forte apoio ao nível dos operários qualificados, dos detentores de um ofício, dos artesãos — enfim, de um modo geral, daqueles cujo próprio trabalho era de natureza individual e que ainda não haviam sido atingidos pela cada vez maior pulverização dos ofícios e colectivização da produção. Os sindicatos profissionais foram, assim, os mais sólidos bastiões do anarco-sindicalismo. Isto explica também porque, nos países mais atrasados industrialmente — normalmente os da Europa meridional —, o anarco-sindicalismo marcou profundamente os respectivos movimentos operários.

As doutrinas socialistas e, mais concretamente, o socialismo de inspiração marxista, viam no sindicalismo um meio por excelência para fortalecer nos trabalhadores a «consciência da classe» e de lhes permitir transpor em termos políticos as suas acções colectivas, mas não lhe atribuíam, pelas necessárias limitações da sua acção ao plano económico (ou reivindicativo de um modo ge-

ral) o papel decisivo na luta contra o sistema. Com efeito, aos quadros políticos formados na acção sindical, constituindo uma «vanguarda operária», competia a organização de um partido revolucionário, em cuja estratégia política se deveria, por sua vez, enquadrar a orientação do movimento sindical. As relações partido-sindicato-massas foram, aliás, um dos temas centrais das polémicas entre os teóricos marxistas. Já em plena fase revolucionária, era este um dos pontos essenciais das controvérsias entre Lenine e Rosa Luxemburgo.

De qualquer modo, importa aqui salientar que se colocaram sempre numa perspectiva mais pronunciadamente socialista os sindicatos de massa, de carácter industrial (por oposição a profissional) : as grandes massas operárias pouco qualificadas, miseravelmente pagas, a todo o momento ameaçadas pelo desemprego, estavam naturalmente em condições mais propícias para compreender a linguagem da «exploração do homem pelo homem», da luta de classes, do conceito da força do trabalho como «mercadoria», do conceito de «capital» como uma relação social, da função *necessariamente* libertadora do proletariado, das teorias da «mais-valia» e da «pauperização», etc. Em resumo, só através delas era possível romper com os últimos vestígios

de «corporatismo de base profissional»: nunca haviam possuído um ofício (uma profissão) bem determinado, limitando-se a integrar-se no processo produtivo pela aprendizagem de um mínimo de gestos repetitivos e sem sentido global, ou muito simplesmente se entregavam a tarefas de mero esforço físico, no último grau da escala hierárquica da empresa.

Como elemento de informação final neste breve preâmbulo, convém mencionar que, embora o problema já viesse a ser levantado há alguns anos, foi após o Maio francês de 1968 que se desencadeou uma nova fase de intensa discussão sobre o papel de um movimento sindical na transformação da sociedade. É impossível não ter o sentimento de que o sindicalismo, em qualquer das suas formas (incluindo a que se intitula revolucionária), nunca pôde ultrapassar o limite do «recuperável» pelo sistema capitalista (1). Isto é, a própria reivindicação sindical, que pôde modi-

---

(1) Ainda recentemente, o secretário-geral da C. G. T. francesa, Georges Seguy, cujo papel moderador na crise de 1968 é bem conhecido, declarava tranquilamente numa entrevista ao *Corriere della Sera*: «Creio que haverá nos próximos meses sérios conflitos sociais, que poderão ser resolvidos *sem fazer tomar as instituições*, sob condição de que o governo e



ficar sensivelmente as «condições de trabalho» e «nível de vida» (sobretudo quantitativo) de grandes massas trabalhadoras, acabou por, através disso — e por se situar sempre dentro daqueles limites —, contribuir decisivamente para o desenvolvimento económico capitalista, exigindo ao sistema uma constante preocupação de aumento de produtividade, traduzida em termos de organização, modernização das técnicas, investimento acelerado, etc. E, nesta medida, toda a acção tinha um carácter incómodo de ambiguidade: basta recordar que a «conquista» de sistemas eficazes e poderosos de seguro social, após a segunda guerra, pode hoje sem dificuldade ser interpretada mais como um elemento essencial de políticas anti-conjunturais tendentes a moderar as flutuações do nível de procura (dentro da lógica keynesiana) do que como dolorosas concessões arrancadas ao sistema e que, de algum modo, o tenham afectado.

Repensa-se, pois, hoje todo o problema sin-

---

os grandes industriais tentem encontrar soluções que tenham em conta a realidade» (o sublinhado é meu). Isto não deixa lugar a dúvidas quanto ao papel eminentemente «interior ao sistema» de uma central sindical como a C. G. T. francesa: a revolução como ameaça, e não como projecto.

dical dentro de uma estratégia global de luta política. Como nova contribuição relativamente aos debates das primeiras décadas deste século intervém a verificação das enormes dificuldades de compatibilizar burocracia sindical (que se revelou ter tendência para «monopolizar» a condução da luta) e democracia interna — esta entendida hoje cada vez mais no sentido de «não esterilização» da espontaneidade da base.

### E em Portugal?

A base socioeconómica do regime político saído do golpe de 1926 e a sua consequente preocupação dominante em assegurar a «paz social», levaram-no, em toda a lógica, a montar de alto a baixo uma orgânica a que se chamou «corporativa» e que devia integrar no seu seio, em alegre convívio, patrões e trabalhadores, associados respectivamente em «grémios» e «sindicatos». A este respeito, diz Álvaro Neto, no seu livro *Crítica a Alguns Aspectos do Plano de Fomento*, referindo-se à fundamentação ideológica que a classe dominante procurou ir buscar ao lançar o esquema corporativista (que continua, de resto, a manter inalterada no plano «doutrinário», apenas

tendo introduzido alguma flexibilidade na sua aplicação prática):

«Por cá [...] a doutrina oficial era a de que só há uma forma real de democracia — a corporativa — e que todos nela se entendem como Deus com os anjos. «Paz social», «justiça social», etc., eram formas privilegiadas em declarações dos responsáveis, nos preâmbulos de decretos, nos textos ou estudos publicados sobre estes assuntos. A nossa legislação social deve ser um dos casos mais típicos a demonstrar a ambiguidade da famosa frase de Lacordaire: «entre o fraco e o forte, é a liberdade que oprime e a lei que liberta». Que se passa então quando a lei é exclusivamente feita pelo forte? A lógica da frase responderá: é a opressão legalizada. Acresce ainda que os textos da Igreja sobre a chamada «questão social» oferecem uma enorme escolha de recomendações, pouco a pouco evoluindo ao sabor da pressão das realidades, onde é possível ir fundamentar qualquer posição, sem muita dificuldade. As doutrinas oficiais em Portugal encontram justificação na *Rerum Novarum* («Intervenha portanto a autoridade do Estado e, reprimindo os agitadores, preserve os bons operários dos perigos da sedução e os legítimos padrões de serem despojados do que é seu»)

e posteriormente na *Quadragesimo Anno* (aludindo claramente ao corporativismo fascista: «O Estado reconheceu juridicamente o *sindicato*, dando-lhe, porém, carácter de monopólio, já que só ele, assim reconhecido, pode representar operários e patrões, só ele concluir contratos e pactos de trabalho [...]. As corporações são constituídas pelos representantes dos sindicatos de operários e patrões pertencentes à mesma arte e profissão e, como verdadeiros e próprios órgãos do Estado, dirigem e coordenam os sindicatos nas coisas de interesse comum. É proibida a greve; se as partes não podem chegar a acordo, intervém a autoridade. Basta reflectir um pouco para ver as vantagens desta organização, embora sumariamente indicada: a pacífica colaboração das classes, a repressão das organizações e violências socialistas, a acção moderadora de uma magistratura especial).»

Não se pode ser mais claro. Aliás, o próprio texto papal que se acaba de referir introduz-nos noutra ponto importante da nossa orgânica corporativa. Repare-se que se fala de organização segundo a «mesma arte e profissão». Pois também entre nós, e não é por acaso, a estrutura «sindical» foi essencialmente orientada no sentido profissional. Como

vimos na secção anterior, é este tipo de organização o que melhor assegura a impossibilidade de desenvolvimento de um sindicalismo de massa. Se a enorme divisão que representa pode ser incómoda em termos de autênticas negociações colectivas, ela só oferece vantagens quando essas «negociações» se situam no domínio da ficção. Com grémios organizados «por indústria» e sindicatos «por profissão» qualquer patrão fica garantido à partida, mesmo em fase de «liberalização», de ter o seu pessoal repartido por diversos sindicatos, impedindo qualquer coesão da «força de trabalho» com base nas condições preva- lecentes no sector industrial a que pertença. É elucidativo, e cremos também não ser por acaso, que um dos primeiros sectores «sindi- cais» a pôr-se em movimento a partir da nova legislação tenha sido o dos bancários; com efeito, dada a natureza da actividade, dá-se aí o afrontamento de dois blocos homogé- neos — os industriais e os empregados bancá- rios —, sem que estes se encontrem dispersos por mais de um sindicato.

Restam ainda dois pontos que me parece fundamental acentuar. Em primeiro lugar, o facto de que, em Portugal, dada a forma de «cima para baixo» como foi montada a orgâ- nica corporativa, os «sindicatos» devem ser

considerados — pelo menos até 1969 — como fazendo parte da superestrutura político-jurídica, ou seja, do conjunto de instituições destinadas a defender e propagar a ideologia dominante. A forma retrógrada que assumiu em Portugal o sistema capitalista conduziu a esta autêntica aberração, que os novos arautos do progresso (também capitalista) hoje procuram timidamente remediar. Isto conduz-me ao segundo ponto: Os «sindicatos» entre nós, dado nunca terem de facto funcionado como tal, não puderam sequer exercer a sua função de agulhão do sistema, que, como já se mencionou, foi lá fora incontavelmente um dos seus resultados mais objectivos <sup>(1)</sup>. Dada a fase de acumulação que se viveu desde 1945-1950 com a industrialização feita segundo o esquema descrito

---

(1) Tem interesse referir que uma organização sindical montada «a partir do zero» pelas autoridades da burguesia dominante pode não apresentar necessariamente o tipo que revestiu entre nós, sendo função do nível de desenvolvimento das forças produtivas. Com efeito, numa sociedade já fortemente industrializada, pode ver-se vantagem na implantação de um esquema «produtivista» (ou seja, dirigido à obtenção de altas taxas de produtividade), de base industrial. Tal é o caso, único allás entre as nações capitalistas avançadas, da Alemanha Federal. A or-

pelo Dr. Correia de Oliveira (ver cap. I, p. 35), esta era por certo uma condição indispensável: o crescimento era mais «extensivo» do que «intensivo», e mesmo nos seus aspectos «intensivos» o acento encontrava-se na sobreexploração e na concentração de certos sectores, e não na «produtividade». O sistema tem, porém, a sua lógica inelutável, e já que a pressão sindical não se fez sentir (nem a concorrência externa), acabaram por vir a surgir outros factores a impor uma viragem. Assim tinha de acontecer, pois seria impossível a este bucólico rincão capitalista manter-se à margem da tendência mundializadora das relações de troca capitalistas. E acabou por ser através da «exportação» de mão-de-obra que a nossa burguesia descobriu as urgências de uma «política de mão-de-obra» e,

---

gânica sindical, constituída por 16 grandes federações industriais, foi «montada» pelas potências aliadas após a guerra, tendo-se procurado imprimir-lhe uma acção semelhante à do sindicalismo americano, instilando-lhe a ideologia da «reconstrução» e dos valores «liberais» face a um patronato demasiado comprometido com o nazismo. As experiências de co-gestão, por exemplo, foram fomentadas pelos ingleses ocupantes, e, que sabemos, afinal a grande burguesia industrial alemã não tem tido de que se queixar.

mais recentemente, de uma certa revitalização das relações de trabalho.

### A fase «liberalizadora»

Em primeiro lugar há que recordar o que se disse na «longa história» do capítulo I quanto aos factores de mudança surgidos na década de 60 e à alteração das relações de forças que paralelamente se verificou. Despesas militares, emigração (através da remessa de divisas) e turismo determinaram um processo inflacionista com origem evidente na procura — do Estado, dos particulares, dos estrangeiros entre nós — que, amplificado por fortes desequilíbrios estruturais, se veio a traduzir por uma pressão salarial que se começou a sentir mas dificilmente se controlava pelo facto de não vir canalizada pelas vias «sindicais». A própria emigração, já não através das remessas mas pela rarefacção de mão-de-obra que foi produzindo gradualmente (de início só nos campos, mais tarde já em actividades industriais), acentuou a tendência para um «deslizamento» salarial, sobretudo na agricultura. Com efeito, há que notar que, no que respeita à indústria, parece estar hoje bem demonstrado que o aumento de salários não excedeu o da pro-



atividade e portanto não tem fundamento a tese da «inflação pelos salários» (1).

A estes desequilíbrios, só aparentemente conjunturais, veio juntar-se o espectro de uma (ainda que longínqua) integração europeia, que a adesão à E. F. T. A. timidamente anunciava. Os «europeus» portugueses terão balbuciado então as primeiras palavras. Não foi difícil encontrá-las. Primeiro: produtividade. Depois: gestão, organização. Mais tarde (já a mão-de-obra fugia em debandada): formação profissional, política de mão-de-obra (2).

---

(1) V. Relatório sobre «Mão-de-Obra Industrial», Colóquio de Política Industrial, já citado. É claro que em certos sectores industriais, e em muitas empresas marginais, em que os aumentos de produtividade terão sido escassos ou mesmo nulos, poderão situar-se focos de propagação de inflação salarial, sempre que a sobrevivência (ou a simples manutenção dos lucros) tenham sido possíveis através de aumentos de preços: este é um dos tais desequilíbrios estruturais acima referidos. Um processo inflacionista é sempre complexo e nele são inevitáveis fenómenos de «indução» que convém distinguir das suas causas primárias. E são estas que, no caso presente, não é difícil detectar nos factores determinantes citados.

(2) V., sobre este ponto, *Crítica e Alguns Aspectos do Plano de Fomento*, Alvaro Neto, 1969. «Durante anos não se educou, e toda a gente (nas classes

Mas durante bastante tempo pouco se passou das palavras. Diziam-se como quem toma uma aspirina. Aliviavam, davam uma certa tranquilidade, soavam «moderno», mas não iam às raízes do «mal». Nem podiam ir, porque, no fundo, era mais forte o sentimento de uma classe que, durante algumas décadas  *julgou* deter o *contrôle* total do processo económico-social e que dificilmente aceitava que factores que lhe escapavam a viessem obrigar a actuar de maneira diferente. E quando dizemos «classe» não estamos a desconhecer as diferenças de interesses ou de forças existentes entre sectores distintos no seu seio. Com efeito, no que respeita ao tratamento

---

dirigentes) estava de acordo — a educação é um perigo, e no fim de contas os ignorantes são os mais felizes...; um sector industrial sem preocupações de produtividade, bem protegido, pouco exigente na mão-de-obra e dispondo de uma escolha abundante, dado o desemprego e subemprego existentes, conformava-se facilmente com esta situação, se não se regozijava com ela; mas chega um momento em que um desarmamento alfandegário, que pode ser retardado mas não evitado, lança um desafio sério em termos de produtividade, em que a mão-de-obra foge em massa tornando difícil o recrutamento, em que, apesar de tudo, o nível técnico val subindo»; [...] «A contradição surge então em toda a sua evidência:

das relações capital-trabalho (que mais directamente agora nos ocupam), não cremos que, na fase em que estes factores de «mudança» começaram a manifestar-se, houvesse sectores representativos da classe dominante que preconizassem seriamente uma alteração da política seguida até aí.

Ver-se-á adiante que ainda hoje estes reflexos se mantêm, mesmo ao nível dos principais grupos financeiro-industriais. A passagem de um capitalismo autoritário, fechado e «nacionalista» a um «neocapitalismo» aberto e europeu — sorte de prestidigitação que está na mente de sectores «avançados» no momento actual —, sem transição por uma fase de liberalismo político-económico, lá fora efectivamente já ultrapassado, causa problemas de ajustamento ideológico complicados.

Retome-se a análise da génese da actual

---

súblta consciência da necessidade de ter mão-de-obra profissionalmente apta a dar o seu contributo ao processo de desenvolvimento que se proclama urgente; em face disto, uma carência total de estruturas de ensino adequadas, uma classe dirigente ainda viciada por longos anos em que encarou a educação e a formação com enormes reservas, manietada ainda por cima por um calendário de prioridades orçamentais que a impedem de dirigir para este sector os recursos indispensáveis» (pp. 38 e 39).

fase de «liberalização» no campo das relações de trabalho. Os últimos anos do governo de Salazar viram acumular-se incertezas e tensões. Em particular, ter-se-á por essa altura começado a manifestar — ainda que o público mal se desse conta disso, pois estava-se em fase de total repressão dos meios de informação — a divergência entre dois grandes sectores dentro da classe dominante: aqueles interesses — agrários, sectores da pequena e média burguesia industrial e comercial, grande burguesia muito ligada a interesses ultramarinos — que, recusando-se a admitir a inelutável evolução, viam na rigorosa conservação do *statu quo* a única possibilidade de manter os privilégios que ainda lhes restavam; e os que, conscientes de que a evolução se daria, com ou contra eles, jogavam nela, com as necessárias prudências ideológicas. A Igreja, já vivendo lá fora os entusiasmos conciliares, acompanhou a «cisão», e daí o aparecimento do que tem vindo a ser conhecido pelos «católicos progressistas». Enquanto os «tradicionalistas», marcados por uma colaboração de quarenta anos com o poder político, do qual participaram e colheram os frutos, não podiam deixar de alinhar com os sectores mais conservadores,

os «progressistas» — quase limitados a uma *intelligentsia* — pugnavam pela evolução, quando não se situavam claramente dentro de perspectivas de contestação política. Aliás, entre a pequena e média burguesia se recrutavam os chamados «sectores de oposição», para quem o problema se resumia num retorno ao liberalismo de tipo parlamentar e que centravam a sua luta episódica no tema das liberdades individuais, por vezes matizado por uma linguagem com sugestões socializantes.

Em termos de tratamento da «questão» sindical, como se vão situar estes sectores divergentes? Para os corporativistas de antes quebrar que torcer, tudo o que signifique movimento é um perigo que até agora se pôde evitar e há que continuar a combater: quando se põe uma máquina (um processo) em movimento, teòricamente pelo menos pode sempre admitir-se que se possa vir a perder o *contrôle* sobre ela, que embale. Reestruturar as actividades económicas (a indústria, em particular), «dinamizar» os sindicatos, descomprimir, ainda que timidamente, a informação, e por aí adiante, são processos que, postos em marcha, podem auto-acelerar-se. Aonde se irá parar? Que vítimas ficarão pelo

caminho? As presumíveis vítimas sabem que a sua luta está perdida de antemão, mas, atemorizadas, recusam-se a acreditá-lo. Os interesses que representam são ainda consideráveis, ainda dispõem de poderes importantes na máquina política, ainda podem paralisar seriamente os mecanismos político-administrativos, a aplicação de certas medidas. Na realidade, esta acção paralisante, ou simplesmente moderadora, insere-se perfeitamente na lógica necessária da actual fase de evolução do sistema, quando vista globalmente. Com efeito, se analisarmos a posição dos sectores ditos avançados, a diferença essencial está em que, embora igualmente atemorizados com a ideia do «movimento», eles compreenderam que, sendo inútil a resistência, há que jogar nele, colocar-se desde já em situação de aproveitar ao máximo os frutos que dele vierem a resultar.

A «política de mão-de-obra», de que tanto se tem vindo a falar a partir da criação do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, reflectia a necessidade de retomar o *contrôle* de um «factor de produção» que, através de uma forma de contestação indiscutivelmente poderosa — a fuga —, ameaçava pôr em causa um precário equilíbrio que durante

longos anos muitos confundiram com puro imobilismo ou estagnação. Na realidade, o imobilismo existiu, mas não no sentido de completa paralisia da economia: o que se manteve imóvel foi o quadro jurídico-repressivo, foram os esquemas ideológicos. E foi precisamente o facto de se ter, através deste imobilismo ideológico, processado um crescimento económico, que modificou certas relações de força, que originou o *impasse* a que se chegava nos últimos tempos do governo Salazar. Mas, por isso mesmo, até esse momento, qualquer política de mão-de-obra estava condenada à partida, pois ela propunha-se ser «activa» e, então, a rigidez era soberana. Por exemplo, falar, nessa altura, de «participação» não podia passar de jogo de palavras, em que ninguém seriamente acreditava. Ou, também, de revitalização dos sindicatos. E, no entanto, são estes temas em que se insiste fortemente no III Plano de Fomento, a par de produtividade, relações humanas, repartição dos rendimentos, formação profissional, etc.

O novo governo apareceu, então, como o intérprete destas mesmas ideias e, embora numerosos dos seus membros tenham estado profundamente associados à política e à própria elaboração ideológica do anterior, pôde,

num país muito desmobilizado e servindo-se de métodos mais modernos, assegurar-se de uma credulidade nova. Deixou-se, designadamente, de falar em Estado Novo e passou-se a lançar, a cada passo, uma fórmula mais descomprometida: o Estado Social. Mas o que é o Estado Social? Escutemos as palavras do Presidente do Conselho: «Já noutras ocasiões tive ensejo de afirmar que o corporativismo continua a ser válido (eu tentava-me mesmo a dizer: cada vez mais válido) como organização e como doutrina. Não me cansarei de repeti-lo. É válido como organização, porque os sindicatos e os grémios não devem ser instrumentos de combate ao serviço de movimentos ou partidos, e sim associações que tenham como único fito os interesses profissionais considerados no conjunto de interesses de toda a comunidade nacional. Os sindicatos e os grémios não podem, por outro lado, ser tratados como associações privadas. O Estado dos nossos dias tem de constituir um Estado social, *em cuja estrutura encontrem o seu lugar as organizações de trabalhadores e de empresários.*» (1)

---

(1) Discurso aos dirigentes corporativos, na homenagem que estes lhe prestaram, na Assembleia Nacional, em 15-6-1970 (o sublinhado é meu).



Parece, pois, bem claro: os sindicatos *deverão* ser instrumentos de colaboração de classes, inseridos na estrutura do Estado. Através do sindicalismo, portanto, e dos mecanismos de aprovação das convenções colectivas, vai tentar-se canalizar, *dentro da estrutura do Estado*, a tensão reivindicativa da classe trabalhadora, mantendo-a dentro de certos limites, fazer dela um dos elementos da «nova política económica» (mais particularmente, da «nova política industrial»). Ao Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra é conferido, enfim, um papel activo e essencial: «Talvez que de futuro se torne necessário dar maior divulgação aos estudos que o F. D. M. O. vem realizando em matéria de salários, pois se as entidades responsáveis a nível da Administração pela prossecução da nossa política económica e os dirigentes esclarecidos dos organismos corporativos conhecem bem a profundidade com que no Ministério das Corporações se trabalha já neste domínio e *quanta prudência se tem na homologação dos projectos convencionais, no que a salários se refere*, há sempre quem se incline a fazer pensar que a política praticada se processa sem suficientes garantias de tecnicidade, nem medindo

as repercussões económicas da visada promoção social.» (1)

Em resumo, ter-se-á a situação seguinte: a fase, a que sumariamente chamaremos «de transição», de desenvolvimento do capitalismo em Portugal exige profundas modificações estruturais, e para tanto a formulação de uma nova política económica. A pressão salarial, dentro desta política, deverá exercer-se num sentido motor da produtividade e orientar-se na linha da reestruturação que se pretende, mas enquadrar-se dentro desses limites. Aos sindicatos vão ser impostos estes limites, mas, em contrapartida, não se vê que participação real lhes cabe na definição daquela política. A «participação» é, portanto, uma nova forma de manipulação, tanto mais grave quanto as «massas» sindicais tenham, de facto, a ilusão de estar a participar. Parece-nos este ponto fundamental: é indispensável que os trabalhadores que encontram um entusiasmo considerável na acção que desenvolvem nos respectivos sindicatos (acção que, de nenhum

---

(1) Alocução do secretário de Estado do Trabalho e Previdência, Dr. Silva Pinto, na reunião dos delegados do I. N. T. P. dos distritos do Porto, Bragança, Viana do Castelo e Vila Real, em Bragança (10-7-1970) (o sublinhado é meu).

modo, menosprezamos e, pelo contrário, julgamos da maior importância) tenham consciência perfeita dos limites apertados a que estão obrigados e da natureza mesmo da «participação» que se lhes pede. É esse o único modo de poderem descobrir a forma de ultrapassar esses limites, que não são mais do que a tradução do facto de se tratar de organismos que fazem parte da estrutura do Estado. Ora, o Estado, insista-se, não é algo que esteja acima dos interesses das classes, arbitrando-os. O seu papel de árbitro exerce-se, sim, entre interesses divergentes, mas no quadro da classe dominante, de que é a expressão política.

Os sindicatos irão, aliás, muito provavelmente defrontar-se com um dos problemas mais graves que por certo se depararão à burguesia industrial em fase de reconversão: o da própria reconversão do emprego. Com efeito (ver capítulo III), um novo arranque industrial — e o secretário de Estado da Indústria não o tem escondido — passa pela eliminação de grande número de actividades inviáveis e pela criação de outras, mais bem dimensionadas e tècnicamente mais evoluídas. Uma tal transformação, em pura teoria liberal, não poria graves problemas, pois num mercado «transparente» (isto é, cuja mobili-

dade dos factores fosse infinita) o factor mão-de-obra dirigir-se-ia automaticamente para os pontos onde se manifestassem as novas procuras, ou seja, onde fossem efectuados os novos investimentos. Mesmo assim haveria que harmonizar de forma ideal no tempo a criação e o desaparecimento de empregos para que se não dessem desequilíbrios, ou se não acentuassem os já existentes.

É a um jogo delicado deste tipo que entre nós se terá, obrigatòriamente, de entregar a burguesia financeiro-industrial. Seria para ela aliciante pensar que um esforço poderoso de investimento conduziria, só por si, a «esva-ziar» de mão-de-obra as empresas condenadas, sem que se viessem a manifestar tensões sociais. A política de atracção do investimento estrangeiro poderá, contudo, não ser suficiente, junto com o espírito pouco empreendedor do nosso capitalismo (que só agora «se descobre» como tal), para levar de vencida tão espinhoso processo. Em resumo, é natural que fortes tensões sociais, quer a nível regional quer a nível sectorial, se venham a manifestar, e será essa, sem dúvida, uma difícil prova para os rejuvenescidos sindicatos, a quem não deixará de ser pedida uma acção moderadora junto das respectivas hostes, a bem da paz social.

Poder-se-á objectar que, quando existia em Portugal um desemprego ou, pelo menos, um subdesemprego crónico, estes problemas não se punham. A situação era, porém, bastante distinta. Com efeito, além de que, por um lado, os *contrôles* eram nessa altura bem mais seguros, uma situação de passagem do emprego ao desemprego é socialmente muito mais dinâmica que a de uma situação de desemprego crónico. Aliás, é este, incontestavelmente, um dos temores maiores de uma burguesia que continua atàvicamente a ver diante de si o espectro da «agitação social», de que pôde còmodamente preservar-se durante largas décadas. E isto por mais que os jovens «tecnocratas» se não cansem de lhe fazer compreender que a simples «agitação social» não impediu as «democracias ocidentais» de prosperar capitalisticamente e continuar em passo acelerado no caminho da «abundância generalizada»...

Talvez por isso mesmo, ao nível da empresa, os eternos patrões «de direito divino», os paternalistas, os «modernos», etc., continuam imperturbáveis a tratar os problemas de relações de trabalho com a rigidez de sempre e a não se sentir atingidos por quaisquer ventos de «liberalização». Mas também talvez seja por esta via que os trabalhadores venham a

tomar consciência da importância do sindicalismo de expressão «industrial» e, mais do que isso, da dimensão extra-sindical que, para ser socialmente fecunda, terá de adquirir a própria acção sindical. Não é, então, de estranhar — voltando ao princípio deste texto — que sejam precisamente os conflitos surgidos e desenvolvidos a este nível os que continuam, *apesar* da «liberalização», a constituir tabu no que respeita à informação e a ser objecto de «severas medidas» da parte das autoridades. Eles escapam, pelo simples facto de serem autênticos conflitos, à ideologia da colaboração, que se pretende revigorar.



## CAPÍTULO V

### A «LIBERALIZAÇÃO» NOS MEIOS DE DIFUSÃO IDEOLÓGICA

Ao esboçar uma teoria do moderno Estado burguês, Poulantzas (1) propõe a distinção entre o aparelho de Estado pròpriamente dito, no sentido clássico, a que chama o «aparelho repressivo», e os «aparelhos ideológicos», ou seja, as *instituições* através das quais é vinculada a ideologia dominante. Embora possam ser de propriedade privada, e possuam em geral uma maior autonomia que os diversos sectores do aparelho «repressivo», estas instituições deveriam, pela sua função, ser

---

(1) Nicos Poulantzas — «Capitalism and the State», in *New Left Review*, n.º 58, Novembro-Dezembro de 1969, pp. 76-78.



consideradas como fazendo parte do Estado na medida em que contribuem para manter a «coesão de uma dada formação social» e para «reproduzir as condições de produção de um sistema social através de uma dominação de classe». Poulantzas exemplifica esses aparelhos ideológicos: a Igreja, os partidos políticos, os sindicatos (aqueles e estes, especifica, com excepção dos «revolucionários...»), as instituições educacionais, os meios de comunicação de massa e, de um certo ponto de vista, a família.

Teria particular interesse averiguar pormenorizadamente como se processam, caso a caso, em Portugal, as relações entre cada uma destas «instituições» e o aparelho de Estado. Com efeito, dada a forma que o Estado tomou entre nós, é evidente que a tal margem de autonomia mais acentuada nem sempre chega a manifestar-se, ao menos na aparência. Quanto aos partidos políticos, eles simplesmente não são permitidos. Como vimos atrás (cap. II), de passagem, a actual fase de transição, que comporta necessariamente certas reformulações ideológicas, ainda não foi mais longe, neste campo, do que uma «abertura» controlada, traduzida pelo aparecimento público de tendências dentro da organização política única. Aliás, quando se sabe

que os regimes parlamentares dos países capitalistas mais evoluídos estão cada vez mais a tender para um reagrupamento em torno de duas grandes forças — centro-direita e centro-esquerda — é de admitir que o sistema pluripartidário estará entre nós definitivamente ultrapassado, por muito que pese aos românticos demo-liberais e aos muitos outros que, com eles, se batem contra os mesmos moinhos de vento.

No que respeita aos sindicatos, também já observei (cap. IV) que, para o próprio Chefe do Governo, eles continuam a fazer parte das estruturas do Estado. Não se trata, pois, neste caso, de uma *tese*, mas de um *facto*. Sobre a margem de autonomia crescente que possa ou não vir a verificar-se e sobre o respectivo significado, nada mais acrescentarei agora ao que já ficou exposto.

As instituições educacionais, a Igreja, a família: eis três temas que, cada um por si, justificaria um livro completo. Se os dois últimos envolvem aspectos muito específicos que os colocam fora do âmbito destes textos, o primeiro teria aqui pleno cabimento, dada a grande actualidade dos problemas que põe, como sejam: as «reformas» dentro da Universidade, o ensino politécnico, a formação profissional, etc. As famosas discussões sobre a

«autonomia da Universidade» e sobre a «democratização do ensino» tendem a perder sentido — ou melhor, a ganhar o seu verdadeiro sentido — quando são os novos «reformadores» a desfraldar aquelas mesmas bandeiras. As ligações demasiado evidentes que até agora existiam entre o aparelho de Estado e o aparelho ideológico-educacional tendem, naturalmente, a aproximar-se daquelas — muito menos evidentes, mas igualmente (se não mais) proveitosas do ponto de vista ideológico — que se conhecem nos países ditos democráticos. Não vou, porém, deter-me neste ponto por me julgar insuficientemente informado para o tratar com a necessária fundamentação e desenvolvimento, a partir das várias «experiências» do ano 1969-1970.

Limitar-me-ei, assim, a levantar alguns pontos em torno dos meios de comunicação de massa — e, dentre eles, apenas a imprensa e a televisão —, bem como a referir brevemente certos aspectos da «liberalização» cultural nos domínios do cinema e do teatro. Estes campos, não mencionados na lista citada do artigo de Poulantzas, relevam em Portugal, pelo facto da existência da censura prévia, dos tais «aparelhos ideológicos». Resta saber, mas isso seria outra discussão, se mesmo nos Estados ditos «democráticos» os veículos de expressão

«cultural» ou «artísticos» não poderão situar-se do mesmo modo: o cinema como indústria, o teatro «comercial», difilmente poderão, na realidade, considerar-se como actividades desligadas da função ideológica que compete àqueles outros «aparelhos».

### **A imprensa, a televisão e as «massas»**

Se, noutros países, é possível falar da imprensa <sup>(1)</sup> e da televisão em termos de meios de comunicação de «massa», em Portugal há que introduzir, à partida, uma distinção, cujas consequências, como veremos, estão longe de ser desprezáveis. Utilizando a palavra escrita como veículo de comunicação, a imprensa tem, automaticamente, limitado o seu público — já o diria M. de La Palisse — aos sectores populacionais alfabetizados. Mais, quando se diz alfabetizados não significa simplesmente «que saibam ler». Com efeito, essa será a massa de leitores potencial, mas a real situa-se sempre em número muito inferior: a leitura regular de um jornal diário, por exemplo, pressupõe já um determinado nível de educação e de in-

---

(1) No que respeita à imprensa referir-me-ei quase exclusivamente à «grande» imprensa diária.

teresses de ordem «social» que se encontram ausentes de uma parte considerável dos indivíduos que sabem ler. Até já houve, inversamente, quem propusesse que fossem considerados «adultos alfabetizados» aqueles que lêem regularmente um qualquer órgão de imprensa informativa ou recreativa. Posto isto, e sabido o ainda baixo grau de alfabetização «estatística» em Portugal, fácil é concluir não se tratar a imprensa de um meio de comunicação que, pelo menos até ao presente, tenha *de facto* atingido as grandes massas. Porquê então o cuidado extremo que tem havido em controlar rigorosamente a informação impressa? Sem dúvida porque se considerava serem precisamente os membros daquela minoria letrada os que, no aspecto «qualitativo», constituíam a fracção cujo condicionamento ideológico se tornava indispensável como suporte da «ordem social» e, mais ainda, por serem eles, em última análise, os mediadores da ideologia dominante junto das massas com quem diàriamente contactavam por meio das mais diversas relações sociais (de trabalho, familiares, recreativas, pastorais, etc.).

Durante longos anos, então, a imprensa representou, portanto, o tal papel de aparelho ideológico do Estado, se bem que, de um modo geral, as empresas proprietárias dos jornais

fossem privadas. O *contrôle* ideológico era total e não punha contradições evidentes ao nível do Estado, se bem que as pusesse ao nível das próprias empresas, cuja prosperidade económica exigiria tiragens muito superiores, só possíveis dando à informação um carácter menos monocórdico e um autêntico âmbito de «massas».

Antes de apreciarmos o significado da evolução recentemente verificada, vejamos a natureza bem distinta do outro meio de comunicação que analisaremos: a televisão. A televisão é, na realidade, o único meio de comunicação de massa existente no nosso país (1). Isto põe problemas específicos e implica, ao contrário da imprensa, contradições que escapam ao *contrôle* dos ideólogos da classe dominante. Estes poderiam, muito simplesmente, ter adoptado a solução sul-africana, ou seja a não introdução da televisão: naquelas paragens não se correm riscos desnecessários...

---

(1) A rádio também atinge as grandes massas, mas julgamos que, tendencialmente (e sem subestimar a sua importante função ideológica), o seu papel será cada vez mais recreativo. Consideramo-la, de facto, o último dos meios de comunicação clássicos: veremos adiante que é a imagem que confere à televisão um carácter de autêntica mutação qualitativa.

Pouco dados, porém, a finuras sociológicas, bem treinados nas técnicas de *contrôle* censorial, viram na televisão sobretudo um meio mais poderoso que outro qualquer para estender até às massas, sem mediações, a sua acção «formativa», ao mesmo tempo que terá jogado o reflexo nacionalista de fazer alinhar o país entre os privilegiados deste mundo, com direito a figurar nas estatísticas de «número de aparelhos por habitante», mesmo que, como de costume, no baixo da escala. Não sendo um organismo do Estado, nem uma empresa pública, a fórmula adoptada significa, de qualquer modo, uma integração *de facto* nas estruturas estatais. Cândidamente (?) iniciou a televisão a sua «missão civilizadora» e, em poucos anos, cobriu o país electrificado <sup>(1)</sup> de uma ponta à outra. Tudo parecia fácil: noticiários bem «pesados», intermináveis inaugurações e visitas de governantes, homilias pastorais a que se dava um descontraído ar de conversa, desporto, touradas, concursos, variedades, desenhos animados, aqui e ali uma rubrica «séria» (saúde, agronomia, mú-

---

(1) É importante o adjectivo, se soubermos que em 1960 apenas 27,4% das habitações em zonas rurais tinham electricidade, contra 88,5% nas zonas urbanas.

sica, etc.), filmes e peças de teatro cuidadosamente escolhidos (isto é, em geral intragáveis) e, a completar, publicidade em doses crescentes e avalanchas de séries americanas, sempre moralizantes, em que os bons triunfam regularmente dos maus (que, de vez em quando, até são espiões comunistas).

Havia, porém, um preço a pagar: a imagem. Não existe, que saibamos, nenhum estudo sobre o impacto da televisão nos meios provincianos e, em particular, nas pequenas comunidades rurais. Na sua ausência, exercitemos um pouco a imaginação: conceba-se um pequeno agregado populacional, algures no Alentejo ou nas Beiras, onde cada um vive o dia-a-dia tradicional que já foi vivido pelas gerações anteriores, ao ritmo da natureza, miserável e sem horizontes; poucos são os que sabem ler, poucos os que já alguma vez se deslocaram sequer à capital do distrito, menos ainda os que, um belo dia, se decidiram a partir, olhados pelos restantes como aventureiros ou originais. Pois a esta comunidade tradicional, em princípios dos anos 60, chega por fim a televisão, que vai ser vista, em conjunto, na taberna ou no café: nova forma de arrastar as enormes noites rurais. Não é difícil imaginar que o choque produzido virá muito mais da imagem do que das palavras. A linguagem



citadina, elaborada, é estranha a esta gente: o seu efeito será necessariamente amortecido por uma compreensão intermitente. Mas a imagem, essa deixa campo livre a cada um para a reflexão, para o sonho, para a dúvida que irá ganhando forma. É, bem entendido, o modo de vida burguês que se vai desvendar a esta população: são as grandes cidades, os interiores confortáveis, as estâncias de férias, os automóveis, as formas de vestuário, de divertimentos, etc.; mas é também, juntamente com isso, um «mundo» em movimento, em que se exalta a aventura, a iniciativa, em que se «consomem» mil e um produtos que aqui nunca foram vistos e que, pelo seu lado, a publicidade propõe marteladamente de tantos em tantos minutos.

A ser verídica a hipótese que proponho — e temo que seja demasiado tarde para que os especialistas se possam pronunciar — o efeito, a este nível, do meio audiovisual «televisão» ter-se-á processado essencialmente através do *visual* e, mesmo aí, de uma forma de certo modo «indirecta»: isto é, quer fosse uma inauguração, um programa de culinária, um festival da canção, o que *ficava* não era o discurso do ministro, a receita de um qualquer petisco ou a música triunfadora; era a

*imagem* de um meio social desconhecido e inacessível (1). Daí a concluir que a televisão terá, objectivamente, representado um papel de «cavalo de Tróia» vindo dos países de elevada tecnologia, simultâneamente os de capitalismo avançado, e que acabou por exercer uma pressão decisiva no sentido da única revolta possível — a emigração —, eis um passo que não ousou dar, mas que tem uma parte de lógica que convida à reflexão.

Aliás, é da sua própria natureza que os meios de comunicação de massa tenham uma função unificadora dos comportamentos sociais, e por isso eles *correspondem* a uma fase de desenvolvimento em que a produção é de massa, e o consumo (não só de objectos, mas de ideologia) *deverá* sê-lo igualmente. Eles deverão contribuir poderosamente para a «construção» do tal homem unidimensional de que fala Marcuse. É natural que numa sociedade, como era a portuguesa nos primeiros

---

(1) Nesta perspectiva, não deixa de ser aliciante a fórmula de Mc Luhan «the medium is the message»: há algo de essencial, inerente à natureza do meio de comunicação, que se transmite independentemente do conteúdo imediato da «mensagem». Isto sem esquecer o enorme cabotinismo de inúmeras análises do mesmo autor.

anos 60, em que o capitalismo só há pouco descobrira a sua vocação industrial e ainda, ao nível da ideologia, os «perigos» do progresso descontrolado eram enunciados sem desprante, a introdução de um meio de comunicação de massa viesse produzir consequências inesperadas. Não é, uma vez mais e por outra via, ilógico admitir que essa função «unificadora» se tenha manifestado no sentido de integrar nos mecanismos capitalistas <sup>(1)</sup> as populações que se «comportavam» à margem do sistema: impelindo-as para as zonas urbanas ou industriais e para o estrangeiro.

De uma maneira ou de outra, o facto é que a televisão exerceu a sua «missão» ideológica de forma necessariamente muito mais complexa do que a imprensa, e não é por acaso que também na fase de «liberalização» os problemas vieram a ser tratados de modo diverso.

---

<sup>(1)</sup> Não é que estas populações não estivessem «integradas» no modo de produção capitalista, que as atingia através dos seus mecanismos de dominação-exploração; simplesmente, não o estavam «sociologicamente», ou seja, os seus comportamentos sociais eram ainda pré-capitalistas.

## Duas evoluções distintas

A liberdade de imprensa tem sido, de longa data, uma das reivindicações básicas dos movimentos oposicionistas. Em particular, tem sido com frequência solicitada uma «lei de imprensa». Pois chegou o momento em que deputados à Assembleia Nacional fazem também disso ponto fulcral do seu «programa». E deputados que não são, como é óbvio, da oposição. Como explicá-lo? Não será difícil se tivermos presente o que se disse no capítulo II quanto à necessidade de uma «guinada ideológica». É urgente anunciar aos leitores dos jornais — e, como se viu, através deles a toda a população — o novo dinamismo do Estado Social, a ideia de «participação», o progresso que nos espera pela mão da Europa (e, a começar, pela da Espanha), e por aí adiante. Pelo seu lado, as empresas proprietárias dos principais jornais, cujas ligações a grandes grupos financeiros são conhecidas, não pretendem, como é óbvio, «fazer a revolução». Mas os raros e curtos períodos eleitorais — e, mais que outro qualquer, o que se desenrolou em Outubro de 1969 — deram-lhes um antegozo das grandes tiragens, das edições esgotadas, do que pode ser, mesmo aqui, uma imprensa «responsável» (como é corrente

dizer-se) e, simultâneamente, fonte de sabo-  
rosas receitas. A fórmula mágica a encontrar  
será então a que faça coincidir «aquilo que  
faz vender o jornal» com «aquilo que sirva  
ideològicamente os interesses dominantes».  
Neste ponto convém acentuar que talvez seja  
a informação um dos campos em que os  
ajustamentos têm sido mais difíceis, mani-  
festando-se uma certa autonomia dos sectores  
político-ideològicos, que chega a ir contra as  
tendências «liberalizantes» de sectores go-  
vernamentais mais ligados à actividade eco-  
nómica. E talvez também tudo isto não seja  
mais do que o jogo de compromissos a reali-  
zar entre sectores diversos, daí resultando,  
em certos períodos, uma maior abertura dos  
serviços de censura, enquanto noutros parece  
ter-se voltado à situação anterior.

Até ao momento, de qualquer modo, a alte-  
ração mais aparente que pode apreciar-se nos  
jornais não alinhados pela «política governa-  
mental» é, sem dúvida, a de um relevo muito  
mais acentuado atribuído aos assuntos nacio-  
nais. Com efeito, há alguns anos era uma au-  
têntica raridade uma primeira página em que  
aparecesse, com algum realce, uma notícia ou  
um artigo relativo a problemas internos. Nor-  
malmente, as grandes *manchettes* eram reser-  
vadas a acontecimentos internacionais e,

quando nacionais, a *fait-divers*, catástrofes, notícias desportivas, etc. Hoje, pelo contrário, será raro o dia em que não se publica em primeira página um título em grandes letras sobre um assunto nacional. Por vezes, aliás, nota-se um certo esforço para desencantar assuntos: pretende-se, com efeito, dar a noção de que «algo se move», mas o facto é que o movimento não é tão trepidante como isso. Nos casos em que, como o do «despertar» sindical, se insistiu demasiado, houve que retroceder a uma moderação forçada.

Seja como for, uma imprensa «responsável», reflexo de uma opinião pública de cidadãos igualmente «responsáveis», tem um papel ideológico essencial a desempenhar na passagem da sociedade capitalista portuguesa à sua fase seguinte: ele não lhe será por certo recusado, e a famigerada «lei de imprensa»

---

(<sup>1</sup>) Desejo que fique bem claro que não sou, de algum modo, contra uma «lei de imprensa», e muito menos contra a chamada «liberdade de imprensa». Apenas tento mostrar que nada disso é incompatível, antes pelo contrário, com o actual processo evolutivo do sistema capitalista em Portugal. (Após conclusão deste texto, já foi apresentado, na abertura da Assembleia Nacional, o projecto governamental de lei de imprensa.)

acabará por vir a lume <sup>(1)</sup>. Manter-se-ão certos assuntos como «tabus», explícita ou implicitamente. Dentro dos jornais passará a haver uma função de autocensura que conduzirá a certos conflitos internos, etc. Mas tudo isso fará parte do tal dinamismo, do tal movimento que virá sacudir este país adormecido... E entretanto, anunciando a prometida «sociedade de consumo», não deixarão de aparecer os grandes jornais de sensação, os *France-Soir*, os *Bild-Zeitung*, etc., com títulos de alto a baixo, a Soraya a choramingar, páginas inteiras de bandas desenhadas para todos os gostos, até que se venha a descobrir que existe em Portugal uma cadeia de publicações financiadas por um qualquer grupo estrangeiro e que a informação objectiva e independente de que finalmente nos vangloriaremos está a ajudar a passar férias na Suíça uns quantos senhores que nem sabemos quem são e que mal sabem onde é Portugal.

E quanto à televisão? Aí os problemas põem-se, como vimos, de modo distinto, uma vez que já é hoje um meio de comunicação de massas. Isso, associado ao facto de ser directamente controlado pelo aparelho estatal, impõe-lhe um estatuto muito mais apertado. Com efeito, julgamos não exagerar se dissermos que os indícios da «liberalização»

se resumem aqui apenas a dois: os programas estilo «Zip-Zip» e seus derivados, e as conversas em família, do Chefe do Governo. Estas inserem-se no novo «estilo de actuação» de que se falou no capítulo II: o Chefe do Governo passou a ser uma figura que se vê, que vem contar as suas preocupações, que vem «pedir» apoio e «não prometer mais do que pode dar», que procura explicar com simplicidade as «dificuldades de quem governa», etc. É este o único caso em que se nota um esforço considerável para tornar a linguagem acessível ao maior número possível de pessoas, ou restituir à palavra «televisada» aquela força persuasiva que a imagem tende a neutralizar. No que respeita ao «Zip» e derivados, a novidade estava em abrir as portas da televisão a pessoas, umas «notáveis», outras desconhecidas, que aí vinham contar a sua vida ou os seus problemas, em conversa amena, aqui e ali salpicada de crítica também amena, tudo misturado com música, humor, boa disposição, etc. Naturalmente que — e as «massas» nem deram por isso — entre o espectáculo e a transmissão eram feitos os cortes necessários, sempre que os tais salpicos de crítica eram considerados excessivos. Aliás, num dos programas que sucederam ao «Zip», ao passar-se da simples entrevista à «mesa-re-



donda» com participação do público, os problemas foram muito maiores e muitos dos programas transmitidos têm sido uma pálida imagem do que realmente se passou no espetáculo. E, no entanto, não creio que alguma vez se tenha ido muito mais longe do que tem sido publicado, sem idênticos problemas, em outras tantas mesas-redondas, artigos e entrevistas nos jornais diários. Simplesmente, para um público tão vasto como o da televisão pensa-se que já é suficiente transmitir a noção de que se deu um passo para fora do estúdio, de que *certos assuntos* já podem ser abordados e discutidos com conta, peso e medida, e que isto é um primeiro indício da tal «participação» de que tanto se fala.

É certo que uma sociedade capitalista avançada suporta perfeitamente a existência de cadeias de televisão privadas, «independentes», e não se dá mal com isso. Mas se virmos que, por exemplo, até mesmo em França o Estado não renuncia a um sério *contrôle* ideológico sobre o O. R. T. F. (se bem que não seja possível compará-lo ao que se exerce entre nós), não é de admirar que a «liberalização» venha a atingir a televisão portuguesa de forma muito mais mitigada que os outros meios de informação.

A UTILIZAR SOMENTE  
NO CONTINENTE E  
ILHAS ADJACENTES

**R. S. F.**

NAO CARECE DE SELO.  
O PORTE SERA PAGO  
PELO DESTINATARIO.

B. POSTAL — RESPOSTA  
AUTORIZADO PELOS  
C. T. T.

A

# PUBLICAÇÕES DOM QUIXOTE

RUA LUCIANO CORDEIRO, 119

LISBOA - 1

# T

## CARO LEITOR:

Por uma importância que oscilará entre os 20\$ e os 30\$, poderá adquirir volumes relativamente pequenos quanto ao formato e ao número de páginas, mas importantes pelo seu conteúdo. Para tal, poderá fazer uma assinatura em moldes muito especiais:

- Não fará qualquer pagamento adiantado;
- Pagará cada número separadamente, pelo sistema de envio contra-reembolso, sem nenhum aumento do preço;
- Terá a garantia de adquirir todos os títulos que se publicarem, no exacto momento do respectivo lançamento.

---

### DIÁLOGO

Desejo tornar-me assinante da colecção «DIÁLOGO» e receber todos os títulos que se publicarem nesta colecção.

Entretanto queiram enviar-me .....

---

### CADERNOS DE CINEMA

Desejo tornar-me assinante da colecção «CADERNOS DE CINEMA» e receber todos os títulos que se publicarem nesta colecção.

Entretanto queiram enviar-me .....

NOME: .....

MORADA: .....

## «Cultura» e ideologia

Que as sociedades altamente industrializadas tendem a transformar em objectos de consumo, em mercadorias, mesmo as formas de contestação que dentro delas se geram, parece uma evidência indiscutível: o vestuário e todos os respectivos acessórios (cintos, colares, etc.) de inspiração *hippy*, os *posters*, as indústrias ligadas ao sexo (publicações, fotografias, objectos diversos, etc.), o livro revolucionário, o cinema empenhado politicamente (o sucesso de *Z*, premiado nos Estados Unidos), são alguns exemplos apenas, entre muitos possíveis. Há quem considere esta capacidade de «recuperação» infinita, ao ponto de não poder haver «contestação» que não esteja viciada à partida. Mas isso é outra história, que me afasta do assunto que de momento me ocupa.

Em Portugal, dada a enorme rigidez ideológica que serviu de apoio, nas últimas décadas, à acumulação de capital e ao desenvolvimento dos monopólios caseiros, a situação tem sido precisamente a inversa: qualquer forma de contestação, ou que fosse interpretada como tal, devia ser eliminada. Enquanto as formas propriamente «políticas», pelo tipo de formulações imediatas que propõem e pelos proble-

mas que abordam, são facilmente detectáveis e situam-se, portanto, sem ambiguidades no âmbito dos mecanismos repressivos, já as formas «culturais» (no sentido corrente da palavra «cultura») têm constituído problema mais delicado para os serviços encarregados do *contrôle* ideológico. Mesmo assim, o estabelecimento de alguns critérios (que por vezes levavam a situações perfeitamente ridículas...) «eficazes» — assuntos «tabu», nomes «tabu», etc. — conseguiu evitar que viessem a público inúmeras obras fundamentais no domínio da literatura, do cinema, do teatro, para não ir mais longe; obras, de resto, que, na maioria dos casos, fazem parte do património da melhor cultura burguesa e que não tiveram qualquer efeito destruidor fosse onde fosse. Os dois aspectos necessariamente controlados com maior rigor eram os que tocavam as questões políticas e os «valores morais» — a família, as relações entre sexos, a religião.

A passagem da rigidez quase total à flexibilidade quase total neste campo — eis mais uma aprendizagem em que se inicia a classe dominante entre nós. Foi já duro o caminho que a levou dos tempos (não tão recuados) em que nas nossas praias não se podia ver um tronco masculino ao léu (*tourisme oblige...*)

até àqueles mais próximos em que os pacatos burgueses saborearam sem pestanejar a fustigação das costas da Romy no filme *A Piscina*. Aliás, se no domínio económico se viu terem sido alguns factores «exógenos» que vieram, no dealbar dos anos 60, modificar a calma em que paulatinamente ia crescendo o nosso capitalismo industrial, também no campo dos «costumes» terá tido uma influência decisiva a intensificação dos movimentos de pessoas nos dois sentidos: o turismo estrangeiro em Portugal e as deslocações cada vez mais frequentes de portugueses ao estrangeiro (bolsas, turismo universitário, turismo *tout court*, a própria emigração). Os portadores da «moral tradicional» viram-se totalmente ultrapassados, e terão talvez ficado surpreendidos que não tenham sido plateias vivantes e babando-se de lascívia as que assistiram aos primeiros nus nos nossos *écrans*. Nada disso: o melhor da nossa burguesia (e não só a intelectual) já estava muito mais «avançada» do que supunham — mesmo a que saía do *Blow up* para se encafiar na missa das 7 mais próxima.

Enfim, parece ser esta a primeira «recuperação» de que os nossos ideólogos foram capazes, ou a que foram obrigados. Já no que respeita ao *contrôle* «político», a prudência

continua a ser de regra. No domínio do cinema ainda são raros os exemplos de «abertura», no momento em que lá fora a discussão se situa no ponto de saber se todo (ou quase) o cinema feito até hoje não foi completamente burguês (e em que os nossos próprios cineastas, postos enfim perante os meios de fazer cinema, se interrogam se não haveria que repensar tudo antes de começar...). Mas porque já vimos que a «abertura» tende a ser inversamente proporcional ao número de possíveis atingidos, não é de estranhar que tenha sido no teatro que se verificou uma «liberalização» política mais pronunciada: alguns autores e peças (nacionais) que permaneciam no índice foram súbitamente trazidos à ribalta e, na maior parte dos casos, para se verificar que, afinal, não tinham nada de imoralista nem de perigoso. Quanto às experiências ditas «de vanguarda», a cargo sobretudo dos grupos universitários, é de tal modo minúsculo o círculo de eleitos que as pode apreciar que nem viria grande mal ao mundo mesmo que pusessem em cena *O Capital*... Aliás, consequência do atraso mental em que fomos obrigados a viver, as capelinhas e contracapelinhas são de tal ordem, quer no teatro quer ainda na literatura, no cinema e nas artes plásticas, que uma «liberalização» mínima vê-se ampli-

ficada, aos olhos do público, por intermináveis discussões, colóquios, críticas e contracríticas, que entretêm os nossos intelectuais e acabam por não ser mais, quantas vezes, do que simples exhibições de erudição importada, que pouco têm a ver com os problemas de *aqui* e de *hoje*.

Seja como for, os meios de expressão «cultural» continuarão a constituir entre nós um dos veículos da ideologia dominante: com os seus passos adiante e atrás, de acordo com a não-linearidade do processo que atravessamos, eles ir-nos-ão servindo gradualmente os ingredientes necessários (e suficientes) para virmos um dia a ser europeus, talvez de segunda ordem, mas europeus *quand-même*.





---

# DIÁLOGO

---

1. **A Responsabilidade dos Intelectuais**  
de Noam Chomsky 20\$
2. **América Latina**  
de Miguel Angel Austurias, com prefácio de  
Josué de Castro 25\$
3. **Progresso, Coexistência e Liberdade Intelectual**  
de Andrei D. Sakharov 25\$
4. **Juventude e Contestação (2.ª edição)**  
de Sartre, Marcuse, Moravia e Edgar Faure  
Fora do mercado
5. **Educação Sexual (2.ª edição)**  
de A. Berge, A. S. Neil, A. S. Makarenko  
e B. Spock 25\$
6. **Um Português em Cuba (2.ª edição)**  
de Alexandre Cabral  
Fora do mercado
7. **Da Liberdade de Pensamento e Expressão**  
de John Stuart Mill 25\$
8. **A Arrogância do Poder**  
de William Fulbright 30\$
9. **Regressar para quê?**  
de Victor de Sá  
Fora do mercado
10. **Oriente e Ocidente — Diálogo Possível**  
de Georges Fradier 25\$
11. **O Conflito de Gerações**  
de Margaret Mead 25\$
12. **Pensar Portugal Hoje**  
de João Martins Pereira 30\$

---

**ASSINE A COLECÇÃO DIÁLOGO**

---

635785

---

Edição 15 L 169

*Este livro foi composto e impresso  
por Mirandela & C.,  
Lisboa, em Janeiro de 1971  
para Publicações Dom Quixote  
Rua Luciano Cordeiro, 119 — Lisboa*

# DIALÓGO



Torna-se difícil apresentar uma explicação definitiva do progresso que conduziu em Portugal ao regime político instaurado em 1926 e, de igual modo, do papel exacto que ele representou na defesa das forças económicas dominantes e na arbitragem das suas contradições ao longo dos últimos quarenta anos. Parece urgente, contudo, tentar um esboço de análise que não se limite, como até aqui tem sido corrente, ao nível superstrutural — isto é, colocando os problemas em termos estritamente jurídico-políticos, e acentuando a importância dos «personagens» sem se deter no jogo socioeconómico (ou em factores exógenos) que os faz surgir ou desaparecer conforme as circunstâncias. O regime em questão insere-se, de facto, numa determinada etapa de desenvolvimento do sistema capitalista em Portugal, e é à luz dessa evolução que convém procurar a interpretação da política seguida e dos seus resultados.

JOÃO MARTINS PEREIRA